

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 067

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MAIO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk..

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1395

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário a inversão total da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 362/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida a validade dos cursos de Pós-Graduação a nível de especialização expedidos pelas instituições de Ensino Superior até 30 de julho de 1999 para os efeitos da Lei Complementar nº 77/96.

Parágrafo Único - Os diplomas expedidos com duração mínima de 360 horas e adotando como parâmetro a Resolução nº 12/83 do Conselho Federal de Educação serão aceito pelo Estado do Paraná.

Art. 2º - Após a data mencionada no *caput* do artigo anterior, somente serão aceitos diplomas que observem todas as demais exigências do Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação dará amplo conhecimento e fará divulgação em todas as escolas da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei fundamenta-se pelo expressivo número de professores que fizeram o curso de especialização, a maioria em faculdades de Jabuticabal e Batatais (SP) e, receberam diploma com 360 horas/aula expedidos por estas instituições de ensino, onde estavam expressas as normas exigidas pela Resolução Federal, com os dizeres “adotando como parâmetro a Resolução nº 12/83 do Conselho Federal de Educação”, no entanto, esses diplomas não foram aceitos pela SEED (Secretaria de Educação) para o acesso dos professores a um nível salarial PG7.

A Lei Complementar nº 77/96, que acresce duas classes de vencimentos do pessoal do magistério, dispõe em seu artigo 1º, parágrafo 3º que para acesso ao nível de formação Classe PG7 os professores deverão ter o curso Superior-Licenciatura Plena mais curso de especialização na área do magistério com duração mínima de 360 horas.

Quase dois mil cursos de reconhecimento dos diplomas estão pendentes e aguardam parecer da Procuradoria Geral do Estado, a tendência é que os pedidos sejam indeferidos pela Procuradoria por não atenderem as exigências da legislação federal e as determinações do Conselho Estadual de Educação.

Embora alguns cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação, não cumprem a Resolução 12/83 e outras formalidades necessárias para certificar o grau de especialização aos professores paranaenses, sendo que o relatório da Procuradoria Geral do Estado referente à essa questão diz no seu final: “Porém, diante de todo o exposto e de tudo o mais que dos Autos consta, bem como da verificação *in loco* por esta Comissão, com análise de livros, horário das aulas, formulários de matrículas, contratos, conteúdo programático, registro das matérias, lista de presença, Curriculum Vitae dos docentes, documentação da complementação de estudos de 1997, relação dos concluintes dos cursos de pós-graduação, trabalhos de conclusão em forma de monografia, esta Comissão “conclui que os cursos de especialização ofertados pela Faculdade de Educação São Luiz, de Jaboticabal, são regulares, previstos na Lei 9394/96, no Regimento da Faculdade e no Parecer CNE nº 685/97, com carga horária de 360 horas e, apesar de não serem cursos afetos à Resolução 12/83 - CFE, adotam como parâmetro as normas nela contidas”.

Depois de aceitos os diplomas, a Secretaria de Estado de Educação deve fazer uma ampla divulgação nas escolas no sentido de levar ao conhecimento dos professores a presente lei, para que eventuais problemas não ocorram novamente.

PROJETO DE LEI Nº 363/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.233.462/0001-00, com sede na Rua Boa Esperança, 701, Bairro Vila Idalina, município de São José dos Pinhais, Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores da Vila Idalina, do município de São José dos Pinhais, tem se elevado no trabalho de

atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento humano, cultural e social, econômico e bem-estar da comunidade, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades proporcionando uma melhor qualidade de vida à população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente da Vila Idalina, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 364/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha, com sede e foro no município de Clevelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Temos muito orgulho em propor aos nobres pares, deputados desta Casa de Leis, a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Moradores do Bairro de Santa Terezinha, do nosso querido município de Clevelândia, pois a entidade merece tal distinção pelos relevantes serviços prestados à coletividade clevelense.

A Associação dos Moradores do Bairro Santa Terezinha objetiva manter a união entre os moradores do bairro, trabalhando para obter soluções para os problemas comuns que todos juntos enfrentam na localidade, organizando também atividades culturais, esportivas e recreativas, sempre tendo como elemento norteador de suas ações, o princípio do bem-comum a todos os moradores do bairro, procurando sempre o desenvolvimento infra-estrutural da região.

Em sendo assim, conclamamos os representantes deste Poder Legislativo a apoiarem nossa iniciativa, por se tratar de matéria de relevante cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 365/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais é merecedora do título de entidade de Utilidade Pública pelo que se demonstra a seguir.

Fundada em 02 de março de 2000, a Associação é uma iniciativa de profissionais de nível superior com especialidades nas mais variadas áreas, todas elas regulamentadas e passíveis de fiscalização por seus Conselhos Profissionais, tendo como finalidade prestar serviços à comunidade na forma de atuação direta e/ou indireta aos portadores de necessidades especiais e aos seus familiares, através de orientações e cursos, integração com empresas públicas e privadas através de convênios e parcerias, bem como o apoio de organizações não governamentais.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Associação destaca-se o Centro de Convivência Aldebaran constituindo-se em espaço terapêutico multiprofissional que tem como finalidade criar possibilidade para o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa portadora de necessidade especial permanente ou temporária, como também suas relações intra e interpessoais.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 366/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia é uma instituição de educação e desenvolvimento institucional para atuar na área da metrologia e ensaios, tendo por objetivo desenvolver ações para a promoção do desenvolvimento econômico e social, a realização de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ecologicamente sustentáveis e a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos em concordância com o Art. 4º do Decreto Estadual nº 4.641/98.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 367/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (InPAR 28 de Junho).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (InPAR 28 de Junho) é uma associação com finalidade de defender a liberdade de orientação sexual e, especificamente, defender os direitos humanos, a conscientização, o direito à liberdade de opção sexual e o combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS, e seus efeitos.

Fundada em 19 de junho de 2000, esta Organização Não Governamental (ONG) tem desenvolvido importante trabalho no sentido de congregar toda a comunidade curitibana, independentemente de cor, raça, credo, orientação sexual, política ou filosófica, na busca das discussões de temas que em muitas vezes são deixados em plano secundário, como o combate às doenças sexualmente transmissíveis, o uso indiscriminado de álcool e drogas, a questão da orientação sexual, o meio ambiente e outras questões, tudo isto tratado de forma que se exclua o preconceito, se oriente as pessoas no caminho da convivência digna e humana, direito de todos quando nos referimos a um legítimo estado democrático de direito.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado ontem por esta Casa, aprovamos um requerimento para que se fizesse um convite ao secretário de Desenvolvimento Urbano, Roberto Santoro para que hoje viesse expor aos parlamentares sobre o empréstimo de cem milhões de dólares.

Passamos a palavra, então ao nosso Secretário que atendeu, imediatamente, o convite.

O SR. SECRETÁRIO

Boa tarde a todos, boa tarde, senhor presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão. Quanto ao empréstimo de cem milhões de dólares junto a Banco Interamericano, é a continuidade do Programa Paraná Urbano. Esse Programa foi feito em 95, como todos sabem. Foi cumprido o contrato no prazo de 50 meses e desembolsado 426 milhões de dólares. É tido como modelo no BID e próprio Banco Interamericano sugeriu a

continuidade do Programa para algumas áreas novas, que não tinham sido atendidas inicialmente.

Dentre elas o fortalecimento do Paranacidade, a administração do Programa que contará com 4 milhões de dólares e, nesta administração, está a participação da Associação dos Municípios. Há um fortalecimento estrutural do próprio Paranacidade, do Tribunal de Contas e das associações da própria Associação e a intenção é transformá-la numa CPI, que poderia fazer parceria com qualquer Secretaria do Estado, tendo prioridade nas licitações públicas. E aí com isso, efetivamente, as Associações teriam autonomia garantida de futuro. Um Programa novo que foi incluído na área cultural que é o Museu de Arte do Paraná, reforma e ampliação do Museu Paranaense. A instalação do estúdio do Canal da Música para abrigar a Tevê Cultura. Cinemas, são 15 cinemas no interior do Estado que estão sendo remodelados para se montar um circuito em parceria com a Secretaria da Cultura, no sentido de viabilizar os produtores e promotores, uma rede num sistema alternativo de filmes. Edifícios emblemáticos - como foi chamado, é a restauração de imóveis de interesse patrimonial que tenha tido tombamento. É o caso da Estação Ferroviária de Antonina, a Estação Ferroviária de União da Vitória, o Casarão em Paranaguá em frente ao setor de desembarque, a Casa das Águias em Guaraqueçaba e outras que possam ter interesse da secretaria da Cultura na sua restauração.

Dentro deste item existe uma proposta de três planos: planos diretores de cultura, planos diretores de restauração do patrimônio cultural para Antonina, Paranaguá e Morretes, onde está se prevendo gastar 600 mil dólares com a participação da Universidade de Cherrara com o aval do Banco Interamericano.

Com isso, as três cidades que têm um patrimônio histórico ainda significativo e de grande monta a ser preservado, teria um plano diretor de restauração, vinculado ao plano do uso do solo e aos incentivos, que o plano diretor possa dar para que o privado possa ter uma participação efetiva nessa preservação.

O restante do financiamento da ordem de cento e vinte e oito milhões, preciso esclarecer que são 166,7 uma vez que 100 milhões de dólares são do BID; e 66.7 são a contrapartida do Estado com recurso do FDU e da Agência de Fomento.

Esses 128.7 milhões incluindo a contrapartida, seriam para continuidade de financiamento às obras dos municípios. Desses 127, 20 milhões de dólares de financiamento à Sanepar, exclusivamente para esgoto em cidades de menos de 100 mil habitantes.

O mecanismo a ser adotado nessa sequência do programa, é 100% do financiamento, sem a contrapartida municipal.

Os recursos serão capitalizados na Agência de Fomento, conforme a lei aprovada e a agência será instituição financeira de segunda linha, a emitir as contas, os contratos de empréstimo. O Paranacidade e a Cedu fariam, - como vêm fazendo acompanhamento técnico,

apoio institucional aos municípios, para que eles possam ter acesso a linhas de créditos que a agência passa a ter. E dar o apoio à descentralização. A grosso modo, dos valores que seriam à administração do programa, incluindo a auditoria externa, as associações, num montante de 4 milhões - 2.4% do valor do programa integral. O desenvolvimento municipal, fortalecimento do Paranacidade e Tribunal de Contas e o fortalecimento institucional dos municípios, com projetos e programas de atualização de cadastros, planta genérica, para aumentar a receita própria.

Isso seria na ordem de 11 milhões de dólares, 6.6%. O programa cultural - 22 milhões de dólares, 13.2% e financiamento de obras municipais, abrangendo 128.7 - 77.2% do programa, fechando um total de 166.7 milhões de dólares.

O Estado tem já previamente aprovado no Cofex em outubro, a ampliação do programa de 30 milhões, passando a 100 milhões. O próprio STN sugere que o Estado tinha folga na sua condição de capacidade. O próprio Banco Interamericano acatou imediatamente essa ampliação do Programa.

A primeira missão esteve aqui em 5/11, os primeiros dez dias de janeiro, de 07 a 20 de janeiro, a segunda missão. A terceira missão foi fechada nos últimos vinte dias de março. Há questão de uma semana, estivemos negociando a minuta do Contrato e esperamos ainda, até segunda ou terça-feira encaminhar a documentação fiscal do STN - Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está à disposição dos senhores parlamentares, para fazerem perguntas a respeito do financiamento de 100 milhões de dólares.

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Secretário Santoro, antes quero cumprimentá-lo e desejar a V. Exa. as boas vindas aqui nesta Casa.

Parece-me que, como o senhor disse, não é 100 milhões de dólares. Com a contrapartida 166 milhões de dólares! Se confirma V. Exa., 20 milhões de dólares seria para esgoto na Sanepar. Confere! E os outros R\$140 milhões de dólares seriam para ampliação e melhoramento de teatros?

O SR. SECRETÁRIO

Não! Os outros para cinema, teatros, área cultural, museu, 22 milhões de dólares.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quantos convênios já foram assinados para recuperação de teatros, cinemas?

O SR. SECRETÁRIO

Veja, o programa é fechado, não é uma linha de crédito aberta uma vez que o valor é fechado.

22 milhões de dólares.

Então, são 15 cinemas com interesse de tombamento, identificado pela Secretaria da Cultura que vão ser restaurados e remodelados para poder ter essa estruturação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Agora, V. Exa. sabe que esses convênios, - com recuperação desses cinemas - foram assinados com os prefeitos e onde se estima recuperar uma obra com custo de R\$1 milhão de reais, com R\$200 mil reais se faria uma obra nova!

Há inúmeras reclamações do interior onde os prefeitos assinaram os convênios, o Estado puxou para si a licitação e é voz corrente nas cidades, que daria para construir 2 ou 3 cinemas novos com o valor do convênio assinado pelas prefeituras.

Então, parece-me que, e eu tenho consideração por V. Exa., mas é o que eu tenho ouvido nos municípios.

E levar dinheiro, R\$22 milhões para a Sanepar que é controlada pelo Dominó Holding para os pequenos municípios, visto que a Sanepar já cobra 80% de esgoto e que os municípios não têm esgoto, e hoje, ainda, noticiado que o governo quer vender ações preferenciais da Sanepar para retirada de capital, está parecendo que é um fim de governo querendo fazer de todas as maneiras, caixa, e tirando dos municípios a possibilidade de licitar as obras e construir dentro de um mínimo de um parâmetro.

Eu gostaria que V. Exa. me passasse as obras e os projetos para que a gente pudesse acompanhar a licitação, identificar o valor próximo da obra porque é voz corrente dentro do Estado, nos municípios, que eles são chamados para assinar o convênio e que está claro, mais que claro que, no mínimo, será gasto dez vezes mais dinheiro do que precisaria.

Como eles não podem fazer nada, eles precisam, porque o governo vai dizer que ele recusou o teatro, recusou o cinema e eu perguntaria especificamente a V. Exa, quanto custa a recuperação do cinema de Loanda?

O SR. SECRETÁRIO

De Loanda R\$770 mil reais.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quanto custaria o de Castro?

O SR. SECRETÁRIO

O de Castro não foi licitado ainda, houve um problema de hipoteca.

O SR. NEIVO BERARDIN

E para Antonina?

O SR. SECRETÁRIO

Morretes, R\$555 mil.

O SR. NEIVO BERARDIN

O que é essa obra?

O SR. SECRETÁRIO

Veja, deputado, temos que esclarecer o seguinte...

O SR. NEIVO BERARDIN

Vamos por parte: Loanda, quantos metros quadrados são de obra?

O SR. SECRETÁRIO

Deixa esclarecer a questão do cinema, do que se trata.

São imóveis tombados de interesse da Secretaria da Cultura do Estado com histórico arquitetônico e o custo que a gente fala, não pelo custo de uma nova obra, é o custo de restauração da história da cidade, e da história a ser preservada.

Então, ele combina custo da obra em si, com a restauração do patrimônio do próprio Estado.

A questão é a seguinte: o município cede ao Estado para fazer as obras no sentido de poder-se minimizar com os custos, não em relação à obra em si, mas aos equipamentos dessas obras.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Que equipamentos são esses?

O SR. ROBERTO SANTORO

As filmadoras, teatro...

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas um retroprojeto custa três mil reais!

O SR. SECRETÁRIO

Não é retroprojeto. Estamos falando de um circuito de cinema aonde os filmes que passam em Curitiba, (pelo menos na capital, talvez, em Londrina, nas cidades maiores pólos), possam ter mais quinze locais com uma interface produtores-programadores de montar-se uma rede de apresentações onde inclui cinemas comerciais de ponta, as programações culturais da Secretaria da Cultura, programações culturais de particulares que têm interesse em utilizar o sistema.

O município não fica prejudicado em receber, em doar para o Estado, (não é bem a palavra, porque ele continua de posse do imóvel restaurado), porém, ele cede a esse sistema de programação ao Estado, "X" meses por ano para essa programação que está sendo montada e parte da bilheteria dessa programação fica de posse do município para preservação do imóvel.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas a execução da obra, secretário, não seria muito mais lógico que os prefeitos executassem a reforma física?

O SR. SECRETÁRIO

A questão é a seguinte: aparentemente, sim, porém, o projeto que foi elaborado tem todo o detalhamento de restauro que não é uma questão de simplificação do projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quem fez esse projeto de restauro?

O SR. SECRETÁRIO

São vários engenheiros, arquitetos, enfim,...

O SR. NEIVO BERARDIN

Qual o escritório que o senhor conhece que tenha feito?

O SR. SECRETÁRIO

... indicados pelo Secretaria da Cultura...

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas quem? Qual?

O SR. SECRETÁRIO

Não conheço os escritórios!

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo que o secretário, Dr. Santoro, foi convidado para vir à Assembléia trazer informações com relação aos recursos que estão sendo submetidos à apreciação e onde esses recursos serão investidos.

Ora, o deputado Neivo começa a levantar suspeitas, indagações que o fato não tem nada a ver com a presença do secretário.

Se o deputado Neivo, tão logo aconteçam os processos licitatórios, queira colocar sob suspeita a ação da Secretaria, poderá, em tempo oportuno, fazer.

Portanto, entendo que V. Exa., deveria determinar que ficássemos apenas contidos nas informações de onde serão feitos os investimentos ou para o que é o empréstimo de cem milhões de reais que estamos aprovando aqui na Assembléia.

Era essa a questão de ordem que gostaria de levantar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a questão de ordem levantada por V. Exa., tenho que informar ao Plenário que quando anunciamos a presença do secretário Santoro, baseado no requerimento formulado e aprovado ontem, era e é exclusivamente para prestar informações sobre o financiamento pretendido.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente.

Queria, apenas para colaborar com a indagação dos demais deputados, aproveitando até o questionamento feito pelo deputado Neivo Berardin, que achei

interessante, cumprimentando o secretário, dar um depoimento aqui a V. Exa., ao secretário e aos demais deputados:

Na cidade de Londrina a restauração do Cine Ouro Verde que está na casa de três milhões de reais, (do qual tive o prazer de participar da assinatura), fizemos uma pesquisa das obras feitas pelo governo lá para cidade e a que mais impressionou a população, pasme V. Exa., não só a população cultural, mas a população pobre também, foi a preservação da nossa história, já que Londrina é uma cidade com 68 anos de idade e que o Cine Teatro Ouro Verde é um dos melhores, hoje, do Brasil e carece, sobretudo, de manter a sua...

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, estou com a palavra ou o deputado Moysés Leônidas pede pela ordem e faz um discurso...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

A ordem me foi concedida.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente a palavra estará com V. Exa.!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Só para colaborar, já que vai ser bom para o deputado Neivo, quero dizer que há uma compreensão por parte da comunidade, do dinheiro que daria para se construir até dois teatros semelhantes ao Cine Ouro Verde. Mas, sobretudo o que está mantendo a nossa história e acho isso importante.

Então, do ponto de vista cultural para aquele que quer um pouco de preservação da sua história, já fica aqui antecipada a V. Exa., e pode até colaborar na indagação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor secretário, o deputado Moysés Leônidas dá um testemunho que daria para ter feito dois teatros, porém a obra é importante.

Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo, quanto ao questionamento do deputado Moysés Leônidas, o nosso secretário Santoro, tem um esclarecimento a ser feito.

O SR. SECRETÁRIO

Veja, deputado Neivo, os convênios assinados eram condições para que as missões do Vid(?) viessem.

Nós tínhamos naquele momento um valor, um projeto básico de todos os quinze cinemas, que não estavam detalhados em termos executivos. E com base nisso foi feito o convênio, como o senhor disse até três milhões, sendo que no caso de Londrina vai custar menos, uma vez que o projeto do básico passou ao executado.

Então, o montante que estabelece os convênios é até esse limite, cujo projeto básico dava uma cobertura suficiente para permitir as licitações.

As obras em licitação estão demonstrando que os custos estão abaixo dos valores previstos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Gostaria de perguntar a V. Exa., qual a estimativa do custo do metro quadrado de cada obra?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria nobre deputado, que V. Exa. tivesse uma nova oportunidade de convocar o secretário para questionar.

Não é pertinente ao empréstimo, a pergunta de V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, considero pertinente, porque sou eleito para fazer perguntas ao Poder Executivo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. sabe que quando se convoca algum secretário à Casa ou alguma autoridade, é baseado nos termos do requerimento. V. Exa. quando assinou ontem o requerimento junto com os demais deputados, foi feito também essa observação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Estou perguntando exatamente, sobre as obras.

Gostaria de saber de Castro, quanto vai custar a recuperação do cinema, e da Lapa?

É pertinente?

O SR. SECRETÁRIO

Da Lapa, não sei dizer o custo, porque estamos montando o projeto, ainda.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, qual é a previsão do custo do metro quadrado?

O SR. SECRETÁRIO

Depende. Cada projeto é individual, tem a sua peculiaridade de restauração e equipamentos diferenciados.

Os palcos do teatro são diferentes de um para o outro.

Então, dependendo da peculiaridade e do grau de necessidade do tombamento do imóvel, da sua história, mais cuidado em relação ao projeto e à obra, deverão acontecer. Em função disso, o custo não é de uma construção normal. É um custo mais elevado.

O SR. NEIVO BERARDIN

E quais os municípios que serão beneficiados com o esgoto?

O SR. SECRETÁRIO

São quatorze municípios que a Sanepar apresentou projetos executivos, para a própria emissão do Banco, todos abaixo de 100 mil habitantes.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas quais são?

O SR. SECRETÁRIO

Não tenho de cabeça, posso lhe mandar por escrito. E a recuperação de quatro passivos ambientais, em quatro municípios.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, quais são?

O SR. SECRETÁRIO

Deputado, perdoe-me, mas especificamente, prontamente, fico lhe devendo. Eu lhe mando por escrito.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pois bem! Essas perguntas são básicas e elementares, naturalmente, V. Exa. há de compreender que nós não temos tido a oportunidade de diálogo com o Executivo, em relação a dados e números, tendo em vista que em 2001 sequer vieram as contas.

E as nossas inquietações de números são grandes!

Tenho percebido por onde ando, neste Paraná, que há uma grande inquietação dos prefeitos, por terem assinado convênios que vêm que estão sendo levados a assinar uma coisa que é imoral. Pode ser legal, mas é imoral, e há uma inquietação que nós vamos, a partir de agora, acompanhar a elaboração deste Convênio, depois de solicitar ao Ministério Público que acompanhe, porque eu tenho um grande respeito por V. Exa., mas tenho cá minhas dúvidas em relação à seriedade do governo.

Muito obrigado!

O SR. SECRETÁRIO

Bom! Fica aberta à Casa, o Paranaidade se doa uma visita aos senhores deputados para um acompanhamento de perto da documentação que tenha necessidade de ver, bem como os detalhamentos dos projetos que estão em andamento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente Hermas Brandão.

Ilmo. secretário Roberto Santoro, muito obrigado por estar aqui.

Presidente, V. Exa. sabe que talvez tenhamos sido nós os primeiros a contatar com V. Exa. junto com o deputado José Maria, para que pudéssemos ter esse diálogo com o secretário, para termos maiores esclarecimentos, já

que quando o projeto tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, não tivemos os esclarecimentos que gostaríamos de ter.

Algumas coisas já estão sendo esclarecidas.

Pelo que eu entendi, 11% vai para os programas de fortalecimento aos municípios, parceria com Tribunal de Contas; 13% será destinado a essa questão cultural; e 77% fica para os programas destinados aos municípios.

Esse esclarecimento é importante, porque, se verificarmos no Ofício que mandou o governador, ele diz aqui no segundo parágrafo do Ofício que essa operação, no valor de cem milhões de dólares - e daí no entendimento do deputado Neivo parece-me que não cem milhões, parece que é mais - possibilitará a continuidade da política de desenvolvimento urbano, promovendo melhoria da qualidade de vida da população com a implementação de ações estratégicas de apoio às municipalidades paranaenses, para a satisfação das demandas por serviços básicos de bens públicos cujos benefícios ultrapassam os limites jurisdicionais dos municípios.

Bom! Então veja que neste Ofício explicação nós tínhamos. Nós não sabíamos, evidentemente, e muito menos no texto da lei proposta, que 11% seria para programas junto aos municípios para o fortalecimento, planta genérica, recuperação fiscal, melhoria da arrecadação e tudo mais. Nós não tínhamos essa informação e agora já estamos tendo.

Por isso, é importante a presença do Secretário! 13% para as ações culturais, e também nós não sabíamos que era para isso. Nós imaginávamos que 100% seria para obras conveniadas com o município.

E aí vem a pergunta: os recursos a serem repassados aos municípios, na questão do fortalecimento do município nas ações conjuntas com o Tribunal de Contas, são empréstimos ou é a fundo perdido? Na questão cultural, é empréstimo ou é a fundo perdido? Na questão das obras, é empréstimo ou é a fundo perdido?

Então, é a questão do fundo perdido que peço a V. Exa. para, na sequência, nos esclarecer.

Também peço para V. Exa. esclarecer com mais clareza a questão do montante do empréstimo, porque, até onde eu sei, nós estamos buscando cem milhões de dólares americanos e o programa como um todo é que soma cento e sessenta milhões, em função da contrapartida; e se essa contrapartida é só do Estado ou se está previstas também a contrapartida do município.

Essa é a segunda questão.

Uma outra questão é o seguinte: o deputado Moisés Leônidas disse inclusive, que já participou da assinatura do Convênio, lá do Cine Teatro Ouro Verde, em Londrina.

Então, a pergunta que eu faço: todos esses convênios no campo cultural já foram firmados? Já fez o convênio, já fez a licitação, mas ainda não tem o dinheiro! A Lei de Responsabilidade, parece-me que não é bem assim que ela recomenda que as coisas sejam feitas. Então, nós já temos convênios assinados, já temos restaurações cul-

turais de casas e cinemas feitas, mas não temos o dinheiro, não temos nem a autorização ainda do Legislativo, para contratar o empréstimo.

Então, eu pergunto, isto é verdadeiro?

E a outra questão que me chama a atenção diz respeito aqui já no texto da lei. Tem lá o artigo 1º - fica autorizado o empréstimo - depois no artigo 2º os prazos para amortização e carência - artigo 3º para a garantia da operação de que trata a lei, fica o Poder Executivo... oferecer garantias contra garantias - aí no artigo 4º - o Poder Executivo incluirá no orçamento anual suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a (?) na forma desta lei.

E aí o parágrafo único que nos chama a atenção, até por sinal está aqui, no texto ele está em negrito talvez até por isso que tenha nos chamado mais a atenção ainda, o referido serviço, - aí eu entendo esse serviço como os juros e encargos da dívida, entendido como está escrito aqui, como juros, encargos, amortizações, decorrentes da dívida a ser contratada, ficará sob a responsabilidade do FDU, Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido através do Paranacidade.

Então, até onde eu entendi, quer dizer, nós vamos utilizar recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano que até onde sei tem uma outra destinação, uma outra finalidade, até onde eu sei, para amortizar juros, encargos e serviços de uma dívida.

Então, são esses os quatro questionamentos iniciais que faço e pergunto a V. Exa. se além desses quinze cinemas, se tem como, por sugestão minha, do Nelson Justus e do Miltinho Pupio, colocarmos o Cine Ouro Verde, de Jardim Alegre, que faz parte da história da colonização de Vale do Ivaí.

O SR. SECRETÁRIO

Prezado deputado Orlando Pessuti, boa tarde. Também agradeço por estar aqui.

Em relação aos valores eu vou na pergunta, eu acho que é a questão mais crucial, depois a gente retorna um pouquinho, - em relação aos convênios assinados, uma vez que o empréstimo ainda não está desembolsado - as missões do banco quando vêm eles já reconhecem que o fundo, FDU, que está operando via agência, a partir deste ano, tem recursos suficientes para o início, o "start" do programa.

Então as licitações, os projetos detalhamentos dos projetos que foram montados nesse período que é missão de análise, orientação, enfim, do Banco Interamericano veio, estão baseados numa antecipação de recursos pelo FDU, que seria o fluxo de caixa normal e o reconhecimento já estabelecido pelo banco que, uma vez que os projetos cumpram os seus critérios ambientais, conforme estipulado pelas normas do banco, eles reconheceram e recomporiam o fundo rotatório a partir da assinatura do contrato.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, e se não assinar o contrato?

O SR. SECRETÁRIO

Ele tem validade, esse reconhecimento tem validade em até um ano e meio a partir da comissão...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, se a Assembléia não autorizar o empréstimo e o empréstimo não acontecer, como é que faz?

O SR. SECRETÁRIO

O fundo tem condição legal de fazer (?) por ser um plano de revitalização e remodelação histórica do Estado. Dentro da concepção legal do fundo ele pode dar apoio e suporte a planos, projetos e programas.

Então, nós estamos dentro desse contexto de planos, projetos e programas tentando otimizar junto ao BID o programa que está em andamento para que ele, reconhecendo várias partes desse programa, ele alavanque novos recursos, que seriam colocados aos financiamentos dos municípios.

Fundos perdidos - os programas anteriormente que o o Estado tem feito, o senhor acompanhou, o Pran, Pedu, Paraná Urbano, tem uma migração de 50 a fundo Perdido, Pran, cinquenta, em contrapartida de empréstimo, depois 75, 25, empréstimo-serviço do município, e o Paraná Urbano 80, 20, empréstimo e financeiro do município e neste programa foi entendido pelo próprio banco, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal é extremamente rigorosa, em relação às contas do município, no momento em que ele atinge a condição de empréstimo, junto ao Banco Central, ele não deveria ser penalizado e ainda ter que disponibilizar 20% de recurso. Há um entendimento que o financiamento é integral às obras dos municípios.

Isso garante a continuidade plena das obras, em um prazo bem menor, que não alavanca a necessidade de recursos do orçamento municipal.

Por outro lado, se houver necessidade de aditivo a essa obra, aí, sim, o município aportaria a contrapartida financeira.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Os recursos vão aos municípios na forma de empréstimos?

O SR. SECRETÁRIO

Na forma de 100% de empréstimos.

No caso desse programa de modernização de revitalização cultural, o Estado está fazendo as obras e estas voltam ao município; esse dinheiro é do próprio Estado, por ser um programa vinculado à Secretaria da Agricultura. Basicamente por isso que não foi transferido aos municípios individualmente.

As obras dos municípios são empréstimos. As obras da Sanepar, se forem para municípios menores de

100 mil habitantes, sem esgoto, o BIP financia os 20 milhões de dólares, integralmente, sem necessidade de contrapartida. Se for água há uma necessidade de 40%, uma vez que já está atendido o crescimento vegetativo. Se for esgoto em cidades maiores, há uma necessidade de 20% de contrapartida financeira.

Em resposta à questão da Sanepar, mesmo o Estado tentando um parceiro estratégico, é ainda de posse do Estado. Ela é entendida como pública, independente. As condições de juros e de prazo de amortização oferecido pelo Banco Interamericano continuam sendo as melhores, em relação aos programas nacionais: BNDS, Banco do Brasil e Caixa. E até ao Banco Mundial, em relação ao prazo de amortização e carência. É um dinheiro interessante para a própria Sanepar. Não é uma questão de se dizer: pegamos o dinheiro e vamos dar à Sanepar. Esse dinheiro, a Sanepar está emprestando do próprio fundo, nas condições que o Banco Interamericano está repassando ao fundo, com um "spread" de 3 a 4%, para garantir alguma variação cambial no período.

Na verdade, o fundo está se protegendo como um todo, se capitalizando. Esse fundo migra nos próximos seis anos - ele está totalmente dentro da conta destacada da Agência de Fomento do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu só completaria o meu questionamento - se for possível responder, depois, manda para nós -, a questão desses quatro passivos ambientais. Porque quando estávamos discutindo a questão da privatização da Copel, anunciamos, aqui, em algumas oportunidades, que a Copel tinha alguns passivos ambientais a resgatar no Paraná. A indagação que faço: se esses quatro passivos ambientais fazem parte dos quatro passivos ambientais da Copel.

O SR. SECRETÁRIO

Não. Não fazem parte. O nome é muito pesado para o problema, vamos dizer assim. O passivo ambiental identificado pela Sanepar, já é um tratamento de 3º nível, deputado. Uma vez que tem um "half", que é um primeiro tratamento, uma lagoa e precisaria de um 3º nível - isso já autorizado pelo IAP, pelas leis ambientais do próprio Estado - para melhorar a qualidade de água, no sentido de que os municípios à montante, tenham uma diminuição de custo de tratamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

E fica me devendo a resposta do Cine Teatro Ouro Verde, de Jardim Alegre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Antes de conceder a palavra ao deputado Nereu Moura, a pedido do deputado Valdir Rossoni, solicito para registrar a presença dos estudantes e professores de Guaraniaçu.

As boas-vindas aos estudantes e aos professores nesta Casa de Leis.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Secretário, primeiramente, nossos cumprimentos pela sua presença aqui.

Durante 8 anos do Governo Jaime Lerner, acho que o senhor é o segundo ou o terceiro secretário que veio a esta Casa, de forma que, para nós deputados, principalmente nós da Oposição, é um privilégio poder conversar com V. Exa. que é, acima de tudo, um técnico lá na Secretaria, com o qual nós já pudemos conviver e conhecemos, muito embora por durante 8 anos eu esteja aqui, na verdade, na outra fileira ao governo do qual V. Exa. faz parte.

Mas não ficou bem clara a resposta de V. Exa. à pergunta do deputado Orlando Pessuti. O Governador do Paraná através de sua secretaria, não incorreu num crime de responsabilidade ao fazer a licitação de obras sem ter o lastro financeiro, sem poder, na verdade empenhar os contratos? Porque a lei de responsabilidade determina que para fazer um empenho é preciso ter os recursos disponíveis, e como o dinheiro ainda não aportou no Tesouro do Estado, como é que V. Exa. pôde ter licitado as obras sem que houvesse o lastro financeiro?

O SR. SECRETÁRIO

O lastro há, deputado, em relação ao FDU, Fundo de Desenvolvimento Urbano, que tem um lastro que é o retorno dos pagamentos, hoje em dia do Pram, finalizando do Pedu, e o Pram já está pago e o Paraná Urbano que tem 08 anos já, tem um pagamento que está retornando.

Então, esses convênios que já foram assinados têm um lastro os fluxos financeiros do ano passado até agora. Estão cobertos. O que estamos fazendo é uma antecipação e um pedido de reconhecimento dentro dos mesmos critérios que o Banco Utiliza para que a gente possa, dentro da legislação local brasileira, realizar as licitações e montar os projetos e os critérios que o Banco autoriza, para que, no momento da assinatura, ele possa reconhecer e devolver o recurso.

O SR. NEREU MOURA

Secretário, na verdade, estamos vivendo o apagar de velas deste governo, o crepúsculo deste governo. Tinha que necessariamente fazer esses procedimentos com toda rapidez, com toda essa veemência. Não poderia ter preparado este projeto e deixar para o novo governo, fazer com todo o cuidado, com toda parcimônia que deveria se utilizar com recurso desta ordem?

O SR. SECRETÁRIO

É bem isso, deputado. A questão da agilidade, acho que cabe à Sedu ou Paranacidade se posicionar em termos de eficiência.

O Paraná Urbano tinha 04 anos de prazo contratual, no início 415 milhões de dólares, não se imaginava, com menos de 7 anos, se conseguiria fazer 10 anos, uma vez que o Pedu com 150 milhões de dólares 7 anos e meio a ser gasto.

Então, um compromisso particular meu, o ex-secretário Lubomir e com a equipe que temos no Paranacidade, de tentar fazer o máximo para que os recursos tenham a forma mais rápida de aplicação. O que foi conseguido em 50 meses, a partir do 1º desembolso, setembro de 96, foram gastos 426 milhões de dólares e mais 3.992 ações. Então a questão passa a ser uma outra. Evidentemente que este programa é de 4 anos no mínimo, depende da eficiência de como for tocado. Pelo valor do programa ele pode ser completado, uma vez que a equipe técnica permaneça na Paranacidade, ele pode ser completado em menos de 2 anos.

O que estamos antecipando, na verdade, é a negociação com o BID, e evidentemente o próximo governo, a partir de janeiro, terá, no mínimo 70, 80, 90% dos recursos à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero agradecer a presença do secretário Roberto Dimas Santoro pela sua presteza, porque hoje nós conseguimos falar com Santoro às duas horas da tarde, e ele se prontificou imediatamente em estar conosco para prestar esclarecimentos aos senhores parlamentares sobre o empréstimo de cem milhões de dólares.

Nossos agradecimentos.

O SR. SECRETÁRIO

Obrigado a todos, pela compreensão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente eu gostaria de solicitar, ainda em tempo, ao secretário, para que nos remetesse quais são os municípios que serão beneficiados, qual o valor do gasto com projetos, qual é a empresa que vai executar o projeto, quais são as empresas vencedoras das licitações, e, enfim, para resumir, um apanhado que possa nos dar mais conforto na boa aplicação desses recursos.

O SR. SECRETÁRIO

Perfeito.

Estarei encaminhando ao presidente da Assembléia, um detalhamento dessa documentação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, assim como o deputado Valdir Rossoni e também me pediu o deputado Elio Rusch e em meu nome, quero abraçar calorosamente os alunos do Colégio desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, alunos da 8ª série e alunos do 2º grau, daquele que é um dos mais tradicionais colégios do Oeste do Paraná. Aqui hoje, acompanhados pelos professores Josias e Rute que são coordenadores do Projeto “Olho na Cidadania” e

pela minha querida amiga Rosane, diretora do Colégio, e Alexandra Tonial, pais que estão acompanhando essa delegação de alunos da nossa querida Cidade Alta, município de Guaraniaçu.

Quero, em meu nome e em nome de todos os deputados, dar as boas-vindas aos estudantes e pessoas que os acompanham na tarde de hoje.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Da mesma forma, gostaria de registrar a presença dos vereadores de Salto do Lontra, Wanderlei e Joari e o nosso prefeito de Bela Vista, que nos dão o prazer da sua visita neste plenário nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais da Casa a presença dos ilustres visitantes.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

A exemplo dos deputados Valdir Rossoni e Nereu Moura, que já falaram em nosso nome também queremos, com muita alegria, registrar a presença dos professores, pais de alunos e os próprios alunos do Colégio Estadual de Guaraniaçu e dizer que a nossa maior alegria ainda, presidente Hermas Brandão, que aquele colégio foi contemplado com uma verba do Proen e teve uma reforma considerável e mais recentemente gestionamos pela APM deste colégio e existem algumas obras em andamento e eu me sinto gratificado, como os deputados Nereu e Valdir Rossoni, em registrar as vossas presenças, mas, mais gratificado estou ainda, pelo fato de poder representar este município junto ao governo do Estado e ter levado alguns recursos em algumas obras para o vosso colégio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, distinto público aqui presente, alunos, professores, pais de Guaraniaçu, agricultores, representantes da Fetaep, que também nos dão a honra de suas presenças nesta tarde.

Senhor presidente, ontem ao usar desta tribuna, a gente citava alguns dados do último censo sobre a nossa agricultura e dados que nos deixam bastante assustados, tendo em vista o grande êxodo rural que vem acontecendo. Quando falava sobre a saída do homem do campo, a gente citava que no censo de 90 tínhamos 24% da população brasileira no campo. Hoje, segundo dados do censo 2000, temos apenas 18%.

Isso significa que realmente está faltando uma verdadeira política agrícola para os pequenos agricultores. isto significa que os nossos governantes não estão tomando medidas para auxiliar nossos agricultores, que

cada vez mais se vêem obrigados a fazer protesto, a se mobilizarem e a exigir seus direitos.

Hoje temos a Fetaep mobilizada aqui no Estado do Paraná, temos a Fetrafisul lá em Brasília e todos com o mesmo objetivo: a importância de medidas para o homem, para a mulher do campo. Quando se pensa em agricultura, é necessário pensar o crédito. Infelizmente, para que o nosso agricultor possa receber crédito, ele tem que fazer uma verdadeira peregrinação. Para que ele possa ter o crédito que é um recurso que ele vai devolver, que não é um recurso que ele pega a fundo perdido, mas é um auxílio para ele poder ter a sua produção, é muito difícil de o governo liberar.

Falo, principalmente, da agricultura familiar, porque numa audiência em que estivemos com o superintendente do Banco do Brasil, esse nos dizia que a inadimplência dos pequenos agricultores na questão do crédito, principalmente com o Pronaf, é de 1%. Enquanto que a inadimplência dos grandes fazendeiros, dos grandes proprietários, chega a 70, 80, 90% e no entanto, o pequeno agricultor quase não consegue obter crédito.

Pensar agricultura, também é pensar no preço do produto. E nesse sentido, reforço novamente, aqui, a CPI do Leite, em que nós estamos discutindo e já vimos nessa Comissão coisas absurdas, como pagar 14 centavos pelo litro do leite ao produtor, enquanto estava sendo vendido - esse mesmo litro de leite, a noventa, um real, um real e vinte para o consumidor.

Hoje nos deparamos com a crise da suinocultura, onde os agricultores que trabalham com suínos, estão recebendo uma média de 75 centavos pelo quilo de suíno vivo, quando o custo de produção é de um e vinte a um e trinta centavos. Isto significa que o nosso agricultor está tendo um prejuízo de no mínimo, 50 centavos por quilo do suíno. Como que desta forma o agricultor vai ter ânimo, como que ele vai ter incentivo para permanecer lá na roça? Por isso nos assustam os dados do censo e por isso nos assusta quando vemos as nossas entidades sendo obrigadas a mobilizar os agricultores para que eles possam ter algumas conquistas.

Nesse sentido é que nós precisamos, deputado Cezar Silvestri e deputado Pessuti, a nossa CPI precisa agora se dedicar, e bastante, à questão da suinocultura, para que o nosso agricultor não seja assim tão prejudicado como está sendo, tanto na produção do leite como agora na produção dos suínos.

Então é preciso que possamos fazer alguma coisa aqui como deputados estaduais e exigir, principalmente dos nossos governantes, tanto no âmbito do Estado, como no âmbito nacional, para que olhem com bons olhos e valorizem a nossa agricultura.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Quero cumprimentar também as pessoas que participam, no dia de hoje, desta Sessão Legislativa. Quero cumprimentar os agricultores da Agricultura Familiar, que hoje vêm a Curitiba participar do grito da terra.

Na verdade, senhores deputados, senhores que participam da Sessão, não haveria necessidade de os agricultores deixarem as suas terras, seus municípios distantes da Capital do Paraná, se tivessem um governo que tivesse o compromisso com a nossa agricultura, que tivesse na agricultura, prioridade, se tivéssemos governos responsáveis neste país. Infelizmente nossos agricultores, todos os anos, são obrigados a entrar em ônibus e percorrer essas estradas, pagando pedágio para esse governo, saindo das suas casas e vindo aqui em Curitiba gritar, dizer que estão morrendo à mingua, dizer que estão sofrendo, padecendo, porque o governo não olha a sua realidade.

Quero cumprimentar os trabalhadores do meu Paraná, que aqui vêm, nesta peregrinação todos os anos, dizer do que é que é preciso para fazer a agricultura familiar funcionar.

O Fundef - Fundo de Aval da Agricultura Familiar que já há cinco, sete anos reside como um dos itens da pauta, prometido em verso e prosa por esse governador, que infelizmente fica sempre na conversa, sempre no “papo furado”, e os agricultores voltam para casa com esperança no peito. E depois no outro ano voltam novamente para Curitiba implorar e pedir que seja criado o Fundo de Apoio, o Fundo de Aval à Agricultura Familiar.

Então, senhor presidente, senhores deputados, queremos dar aqui o nosso irrestrito apoio aos agricultores que estão hoje aqui na frente da Assembleia Legislativa do Paraná, na frente do Palácio Iguaçu, percorrendo os gabinetes da estrutura pública estadual e federal - dizendo bem alto - as dificuldades da nossa agricultura. No governo Jaime Lerner, como disse a nossa querida deputada Luciana Rafagnin, 70 mil pequenas propriedades fecharam no Paraná, expulsando da terra 350 mil trabalhadores que vieram engrossar os bolsões da pobreza, por falta de uma política de subsídios de apoio que viabilize a pequena propriedade, mas, mesmo assim, o governo nada faz, nada diz para resolver os problemas da agricultura familiar, e todos os anos milhares de agricultores deixam a sua propriedade, por falta de apoio do governo federal e estadual.

Então, senhores agricultores que estão aqui hoje, nada mais justo que nós, deputados eleitos pelas mãos calejadas dos senhores e das senhoras, assomamo-nos à sua pauta de reivindicação, apoiando o Grito da Terra que aqui veio para abrir o ouvido daqueles que não ouvem, não escutam, não enxergam a realidade difícil que vive a nossa agricultura familiar, o nosso suinocultor que paga para produzir, o nosso produtor de leite, os nossos agricultores de forma geral que sofrem o dia-a-dia.

Eu, em nome do meu partido, o PMDB, me solidarizo com todos os agricultores e espero que a Assembleia

Legislativa do Paraná ajude, empreste, não só o seu apoio, mas colabore para resolver e viabilizar as pequenas propriedades, a agricultura familiar no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, se V. Exa. ainda tiver tempo no Pequeno Expediente, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. está inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna para fazer até certo ponto uma reflexão, sobretudo da presença do secretário do Desenvolvimento Urbano, que acabou de deixar a Assembleia Legislativa.

O governo Jaime Lerner vai em busca de mais 100 milhões de dólares americanos, mais 100 milhões de juros do suor do nosso povo, mais 100 milhões nas costas daquele que não tem segurança pública, não tem saúde, não tem educação, do pequeno empresário, do agricultor. Mais 100 milhões de dólares da vergonha da administração pública paranaense e do descaso com o suor do nosso povo e com o desrespeito na aplicação dos recursos na área do ensino fundamental, como canso de dizer, do desvio do dinheiro do Fundef.

Vejam, senhores deputados, está hoje na Gazeta do Povo, pretende o governo Jaime Lerner vender ações preferenciais da Sanepar, assim como vendeu ações da Copel, essas, são ações que dão 10% de lucro garantido à maioria das ações que tem o governo do Estado, que são as ações ordinárias.

Por que o governo vende em bloco, ações da Sanepar? Por que será que o governo coloca as ações da Sanepar a serem vendidas em bloco e não individualmente?

No ano passado a Sanepar deu 150 milhões de reais de lucro líquido, porque não investe no social.

A Sanepar cobra 80% do esgoto, quando não temos nem 40% do esgoto do Paraná. A Sanepar que cobra tarifa mínima, quer dizer, consuma ou não 10m³, temos que pagar.

Então, senhores deputados, estamos diante de um governo irresponsável, e infelizmente, se constata sempre as cadeiras vazias da bancada governista, mas na hora de aprovar os 100 milhões de dólares essas cadeiras serão ocupadas instantaneamente e depois esvaziadas para que os deputados da Oposição fiquem a contar os fatos, as verdades.

No Paraná se estabeleceu um governo que elevou a dívida de um bilhão e quatrocentos para doze bilhões; no Paraná se estabeleceu um governo que aumentou a dívida

em dez vezes, além do que tínhamos constituído ao longo dos nossos cento e quarenta anos de história administrativa de independência política.

Então, senhores deputados, não podemos mais viver sobre esse sistema que é o governo contrair empréstimos internacionais, porque o empréstimo, a dívida pública do Estado, do município ou da União, quem paga é o mais simples; quem paga, é quem precisa de escola, de posto de saúde, de segurança, de emprego, porque o rico não precisa de governo, nem municipal, nem estadual; é o pobre que não vai ter esses benefícios, porque quando o governo tem um compromisso autorizado por este Poder, terá menos dinheiro para aplicar em todas essas situações, e sobretudo, na camada mais humilde da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo, consulto se V. Exa. deseja usar o horário do PDT?

O SR. NEIVO BERARDIN

Pois não, com prazer.

Então, senhores deputados, quem será que vai pagar a conta do furo de seis bilhões do Banestado? Eu não disse seis milhões, pois seis milhões é uma coisa, é...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Neivo Berardin, solicito a V. Exa. que se puder encerrar o seu pronunciamento, uma vez que o deputado Augustinho Zucchi já está inscrito no PDT.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, caminho para o encerramento.

Senhores deputados, os seis bilhões de prejuízo, hoje o Estado está pagando mais de trinta milhões por mês a prestação. Se ele está pagando mais de trinta milhões por mês de prestação do furo do Banestado, é trinta milhões a menos no caixa do governo! Se ele está pagando a dívida contraída, o dinheiro de quem poderia, evidentemente, receber esses recursos e a presença do governo, sobretudo, na área social?

Senhores deputados, um discurso rápido, mas não podia deixar passar em branco essa vinda do secretário, que sinceramente, é marcante, porque quase todos os secretários importantes do governo Lerner já deixaram as suas pastas. Notem bem: um foi para o exterior, não sei aonde; outro deixou o Paranacidade.

O FDU! O FDU, senhores deputados! Precisamos de uma CPI no FDU para sabermos a movimentação, e vou apresentar, neste instante, para coletar assinatura dos senhores, pois precisamos saber onde foi aplicado o retorno do dinheiro do PRAN, do Paraná Urbano, essa movimentação financeira que sequer prestam contas ao Tribunal de Contas, porque os técnicos afirmam que não houve prestação de contas.

Então, apresento aos senhores, a solicitação para uma CPI verdadeira para investigar a aplicação desse

dinheiro arrecadado dos municípios e para investigar aonde vai esse dinheiro de empréstimos internacionais; com certeza, para reformar obras que não precisam, para aplicar dinheiro na Sanepar que já é privada, para aplicar dinheiro nos pequenos municípios, mas cadê a lista dos municípios? Quais são as obras? Quem é o executor do projeto? Quem será o executor da obra? Ou será esse o preço que temos que pagar por termos sofrido juntamente com a população e não ter permitido a venda da Copel?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná tem sido destaque nacional em muitas questões.

Efetivamente, temos no momento, um filho do Paraná que é destaque mundial, tendo em vista o seu notável saber jurídico, o seu conhecimento doutrinário, que foi contratado pela Organização dos Estados Americanos, para produzir um trabalho único na América, sobre a corrupção no Brasil.

Um trabalho feito pelo jurista Luiz Régis Prado, um dos maiores juristas brasileiros, que é do Paraná. Foi promotor de Justiça.

O seu breve histórico profissional, faço questão de mencionar aqui: professor titular de Direito na Universidade Estadual de Maringá, professor visitante nas Universidades de Strasburgo, França, Bélgica, Zaragossa, Madri na Espanha, Arequipa, Lima e Cuzco no Peru.

Ele que é coordenador do curso de Direito do Instituto Catuári (?) de Ensino Superior, tem mais de 20 obras em Direito Penal, Processo Penal, Direito Ecológico, publicadas pela Revista dos Tribunais.

Foi e é considerado um dos maiores juristas brasileiros.

Foi nomeado consultor da Organização dos Estados Americanos para o Brasil, para desenvolver esse trabalho de consultoria e elaborar o parecer técnico-jurídico sobre o tema "Direito-Delito de Corrupção" e adequar a Legislação Criminal Brasileira à Convenção Americana de Combate à Corrupção.

Esse trabalho será seguido de um workshop em Brasília e será apresentado oficialmente, pelo Ministério da Justiça ao Congresso Nacional, para que os nossos deputados federais e os nossos senadores mudem a legislação brasileira, no combate implacável à corrupção.

Então, faço questão de trazer aqui a esta Casa, senhor presidente, senhores deputados, porque esse é um cidadão paranaense, nasceu em Sertaneja, formou-se pela Universidade Estadual de Londrina, é professor titular da Universidade Estadual de Maringá, tem um currículo hoje comparado a grandes juristas brasileiros como: Damazio de Jesus, para aqueles que são advogados, suas obras são citadas a todo momento por qualquer juiz, por

qualquer promotor, por qualquer advogado militante, tendo em vista a sua ampla formação jurídica e doutrinária.

Atualmente, mora em Maringá, terra do nosso companheiro deputado Ricardo Maia, deputado Divanir Braz Palma, deputada Serafina.

É um dos nomes mais brilhantes.

Fiz questão, porque é um paranaense e nós temos que louvar, razão pela qual estou apresentando um voto de louvor e de congratulações a esse ilustre paranaense, o professor Luiz Regis Prado, e gostaria que ficasse efetivamente registrado nos Anais desta Casa, a atuação exemplar desse cidadão paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, representantes do nosso setor rural, do “Grito da Terra”, que hoje se fazem presentes.

O deputado Nereu Moura já discursou a respeito da importância desse setor e da falta de atenção, especialmente, em programas que possam receber o apoio.

E é uma realidade. A cada dia estamos vendo essa necessidade se agravar no campo, especialmente incluindo esses brasileiros, trabalhadores do campo, na área dos excluídos e por que não até daqueles que vivem na linha abaixo da pobreza e alguns até na linha da miséria.

Portanto, têm o nosso apoio, o nosso respeito e a nossa solidariedade.

Senhor presidente, senhores deputados, me surpreendi hoje, quando li os jornais e vi uma propaganda do governo do Estado - e este governo é pródigo e, temos que admitir, deputada Serafina, é competente para fazer a propaganda em que ele diz que está fazendo uma grande consulta à população do Paraná e onde a população do Paraná quer que o governo coloque a poupança do processo de industrialização deste Estado.

Ora! Isso é gozar com a cara do povo do Paraná, porque ele devia mostrar primeiro onde colocou os dois bilhões de reais da venda da Copel! E ele devia, antes, lá atrás, ter encaminhado uma enquête aos paranaenses para saber se os paranaenses seriam favoráveis à compra dos títulos podres de Alagoas, de Pernambuco, de Santa Catarina, de Osasco, de Guarulhos. Acho que é essa pesquisa que o governador Lerner deveria fazer ao povo do Paraná, para conhecer e saber se hoje ele estaria de acordo com a assunção de uma dívida de mais de seiscentos milhões que foi para o ralo, enquanto que podia estar financiando, sim, os homens da terra, aqueles trabalhadores de mãos calejadas que produzem o pão de cada dia e sobrevivem em uma condição das mais penosas possíveis.

Esta pesquisa eu não vi, deputado Marcos Isfer! Eu não vi, deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é ligado ao campo, lá na região de Francisco Beltrão, deputada Luciana Rafagnin, eu não vi!

Agora, o governo vem com uma falsa pesquisa, induzindo a população do Estado do Paraná a dizer que tem novecentos milhões no porquinho da poupança. Ora! Não é esta a visão que nós temos e que o Paraná tem. O Paraná tem a visão de um Estado que se sente surrupiado em seiscentos milhões dos títulos podres. E hoje, é bom que saibam os senhores que nos visitam, está na pauta o Projeto de Lei nº 324 que está a solicitar desta Casa a renegociação de uma dívida de duzentos e setenta e cinco milhões com o Estado de Alagoas. Ora, isto, recebendo cento e setenta milhões em letras do Tesouro Estadual de Alagoas à vista, e cento e cinco milhões para receber daqui há dez anos!

Esta é a pesquisa, senhoras e senhores deputados, eu gostaria de ver o governo do Estado e a sua competente comunicação e mídia eletrônica realizar no Paraná, para conhecer o quanto o paranaense aprova os empréstimos realizados e a dívida assumida de um bilhão e trezentos para mais de quinhentos bilhões e a dívida do Banco do Estado do Paraná, onde foi, só ali no Banestado, seis bilhões de reais!

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Hoje, se tivermos tempo ainda na Sessão, teremos aqui a palavra do presidente da Fetaep, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, que usará a tribuna, pois o mesmo se encontra no Palácio Iguazu, em uma Comissão de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, em uma audiência com o governador do Estado desde as 14h30min e, se tivermos tempo, teremos aqui a palavra dele, porque achamos importante o apoio à agricultura do nosso Estado do Paraná, que não é o Paraná que é agrícola, todo o nosso país é agrícola, e nós sabemos que um apoio forte à agricultura, um apoio forte, seja ao trabalhador ou ao produtor do campo, teremos a geração de empregos nas cidades menores, teremos a geração de empregos do interior e é onde mais precisamos hoje, para que não possamos ter aí o inchaço das regiões metropolitanas, seja de São Paulo, seja da Região Metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá e assim por diante.

Mas nós temos aqui no Estado do Paraná, uma luta grande com a participação da deputada Luciana Rafagnin, do deputado Orlando Pessuti que sempre trabalhou na área da agricultura que é no tocante ao Banco da

Terra, no tocante àqueles que não têm terras no nosso Estado do Paraná e os mesmos querem trabalhar.

No ano passado tivemos poucas concessões. Neste ano de 2002 a maioria dos projetos estão parados na capital federal, alguns que já foram assinados, já foram demarcados, já foram licitados, aí em seguida na liberação do recurso propriamente dito não ocorreu, causando aí uma insatisfação muito grande em muitos pontos do Estado do Paraná. Todos que fizeram a inscrição ao Banco da Terra para ter um pedaço de terra, são todos eles pessoas que foram antigamente proprietários de terras rurais, foram proprietários na década de 70, nas décadas de 60, 50 e 80 e com a falta de financiamento, com a falta de uma política agrícola definida muitos perderam suas terras, foram embora, e hoje querem esse pedaço de chão ou essa terra para produzir, para plantar.

Então, é importante para nós, porque são pessoas que viveram e vivem a terra e sem dúvida alguma muito sabem e muitos saberão produzir e fazer nesse pedaço de chão, nessa terra.

Eu, particularmente, todas as medidas que eu pude apoiar, seja nas duas vezes que fui vereador na minha cidade de Maringá ou quando participei do governo como presidente da Clasper, nós tivemos na ocasião, o nosso presidente era secretário de Estado da Agricultura, nós tivemos uma atuação forte no campo, forte com os produtores do nosso Estado do Paraná, nós participamos de alguns programas do governo do Estado, que são importantes, porque são recursos a fundo perdido, que é o Paraná Doze Meses, que sabemos que não chega a todos os produtores do Estado do Paraná, àqueles que precisam, mas são recursos a fundo perdido, recursos que ninguém precisará pagar nenhum centavo para esse recurso, que é um recurso a fundo perdido.

Mas temos um carinho grande pela agricultura, e fico pensando se na década de 70, na década de 80, se nós tivéssemos tido uma política agrícola definida, uma política agrícola por parte do governo federal, hoje não precisaríamos estar aí criando este conselho nacional de segurança, não precisariam hoje os governos estarem com as regiões metropolitanas abarrotadas de irmãos nossos que deixaram o interior, deixaram as cidades pequenas e foram para os grandes centros em busca de opção de vida. Tiramos aqui a Região Metropolitana de Curitiba. Hoje, 70% dos seus moradores são companheiros, irmãos nossos que vieram ou do Sudoeste ou do Oeste do Estado, do Norte, do Noroeste do Paraná que é a minha região, mais precisamente do Vale do Ivaí...

(Término do tempo)

Para concluir, senhor presidente.

...que deixaram porque nosso país é o único do mundo que não tem uma política agrícola definida. Até na Argentina, que está com toda a crise econômica, existe uma política agrícola definida. Se formos à Europa, Estados Unidos, em todos os países existe, e o Brasil, que é totalmente agrícola, nunca pensaram em fazer uma política agrícola definida.

Aí, ficamos analisando, como o deputado que usou a tribuna, que nos antecedeu, qual a diminuição de propriedades de terra, no Estado do Paraná? Mas, não é no Estado do Paraná! É no nosso País! No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, em todo País! Aquele que tinha dois até dez alqueires, não tinha meio de sobrevivência com aquela propriedade, porque quando o governo incentivava, como incentivou o plantio do café, colhe-se o café e não tem preço no mercado para vendê-lo. Tivemos a crise da bacia leiteira do nosso País. Em Goiás estão vendendo o litro do leite a 12 centavos. No Paraná de 18 a 23 centavos, com custo bem maior. E aquele produtor que produz pouco leite, o laticínio, o grande industrial, não quer recolher aquele leite por ser pouco.

Aqui, nesta Casa, foi criada a CPI muito bem conduzida pelo presidente, deputado Orlando Pessuti, que entra em área dos produtores, na comercialização. O mais importante, senhores deputados, é trabalharmos e lutarmos. Não podemos dizer que a política agrícola é do governo federal e que é culpa do governo federal. Não podemos também jogar só no Incra, ou que o recurso do governo federal venha para os nossos produtores. Também não pode ficar só nos prefeitos e deputados. Não podemos cruzar os braços. A culpa é de todos nós políticos. O dever é de todos nós lutarmos: cada um de um jeito, contribuindo.

Hoje, não pude acompanhar a audiência do Palácio Iguaçu, porque estou, aqui, nesta Casa. Estão lá com o governador, discutindo com o secretário de Assuntos Fundiários, com o superintendente do Incra.

Teremos que lutar e “fazer a cabeça” dos técnicos que participam dos governos, seja federal ou estadual, para que eles possam entender, que o investimento pesado no campo, aos produtores, aos trabalhadores da agricultura, teremos aquilo de que mais precisamos, que é a geração de empregos, no menor espaço de tempo possível. Teremos, com tudo isso, a diminuição de aglomeração popular, nos grandes centros do nosso País, seja aqui na metrópole de Curitiba, ou em qualquer outro grande centro do nosso País e do nosso Paraná, porque teríamos aquilo que mais precisamos, que é o fortalecimento das cidades pequenas, que é o fortalecimento do interior.

Reafirmo, aqui para cada vez trabalharmos mais na área rural e cada vez mais apoiarmos os agricultores, porque são duas áreas importantes, deputados Luiz Carlos Zuk, imprescindíveis para nós, uma é a agricultura, para a geração de emprego - onde se gere mais empregos no menor espaço de tempo possível, que é a agricultura. A outra, é a educação.

Não adianta combatermos com o Exército, com as Forças Armadas, os bolsões das regiões, metropolitana, jogando lá, três, quatro mil homens, da Polícia Militar, se não tivermos educação para os nossos jovens que precisam. Não adianta jogarmos o jovem na escola, à noite e, depois, nos dois períodos ele não tem emprego e ao mesmo tempo não tem prática esportiva, desportiva ou atividades. Não adianta jogarmos, seja no Rio de Janeiro,

como se cogita hoje, as Forças Armadas, e como, aqui, no Paraná, também na fronteira de Foz do Iguaçu e em Curitiba, se não investirmos pesado nessas duas áreas que são importantes.

Sabemos e reconhecemos a grave crise salarial da educação, em nosso país, aqui, no Paraná, nos municípios, com os professores municipais.

Digo aos senhores deputados, que sempre estarei apoiando os movimentos da agricultura, porque acho que, se todos nós apoiarmos a agricultura, chegarmos aos gabinetes fechados da capital federal, Brasília e aos gabinetes da capital do Estado do Paraná, a maior fonte de geração de empregos é a agricultura.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, conforme requerimento aprovado pela Plenária do dia 21 de maio, teríamos a presença agora o Antonio Lúcio Zarantonelo, presidente da Fetaep, não se encontra presente; está em audiência com o governador do Estado.

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL.

PDT, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Vou falar baixo. Fui acometido de uma cirurgia na minha corda vocal. Não posso falar alto, vou falar bem devagarinho. O presidente Hermas Brandão, tinha nos solicitado para que fizéssemos uma saudação aos agricultores que vieram até aqui a também os dirigentes da Fetaep, que está presentes hoje aqui na capital do Estado, no "Grito da Terra", mas tendo em vista a demora da audiência com o governador, acho que vai ser posteriormente. Se der tempo ele vai se pronunciar e após a nossa passagem de pauta aqui, isso, obviamente, se for possível, até porque o pessoal aqui nos informa que não contou com o presidente.

Ouvi aqui pronunciamentos de vários deputados e inclusive muitas vezes, ninguém nem sabe, um ou outro deputado ocupa aqui a tribuna para falar sobre o problema da agricultura. Eu quero crer e esperar que esta audiência seja proveitosa, embora não acredite, deputado Ricardo Maia, a culpa não é nossa, eu não aceito essa culpa, eu estou rouco de tanto falar em termos de agricultura. O Paraná tem projetos, e 27 projetos que tinha a Secretaria de Agricultura, o deputado Hermas Brandão, quando foi secretário, foi o último dos moicanos a estabelecer projetos como a questão do café e o calcário.

Se é verdade que queremos apoiar a agricultura, vamos nós então numa audiência com o governador pedir-lhe para colocar aqueles 5 milhões de reais que tem lá, para comprar calcário para os agricultores. Sem conversa mole!

Se é verdade que a prioridade é a agricultura não precisam 100 milhões de dólares para arrumar os cinemas, que eu quero parabenizar o secretário Santoro, um

homem competente, um técnico obstinado que está fazendo a sua parte, mas ora, 35% de pagamento do governo numa agroindústria? Isto é brincadeira, não é prioridade de governo num Estado que responde por 25% da produção!

Não é possível que o pequeno produtor, e aí é culpa do governo federal, sim, senhor, porque não tem uma política agrícola nesse país, e do governo estadual, porque não tem nada de política agrícola ao pequeno produtor, tanto aquele que produz o bicho da seda, aquele que trabalha com o fumo, aquele que trabalha com o algodão, aquele que trabalha com a suinocultura, com a bovinocultura de leite e aquele que fica sempre esperando de crise em crise, de ônibus em ônibus buscando alternativa para a sua solução!

Se é verdade que esta audiência com o governo vai adiantar, eu tenho certeza absoluta que nós teremos, a partir de amanhã, porque vocês não se iludam, nós só temos prazo até junho para assinar convênio, e se não assinar convênio com os municípios, não adianta nada, porque nós estamos cansados de falar em contribuição confederativa, em apoio ao pequeno agricultor, nas alternativas diversificadas da propriedade, estamos falando sempre daquilo que é fundamental para o agricultor, como que se exige do agricultor a qualidade do leite, por exemplo, se ele não pode comprar uma vaca geneticamente melhorada. Como é que ele vai comprar uma vaca com esse preço pago, do leite? É para isso que existe governo!

Então para fazer uma saudação aos pequenos agricultores, eu gostaria de dizer que vamos nos organizar para participar do próximo governo, seja qual seja, e vamos exigir que seja cumprido um programa de governo para a nossa agricultura. Subsidiar a agricultura no mundo inteiro. No Paraná, é difícil! Não tem jeito! A Secretaria da Agricultura, em 4 meses, gastou 270 mil reais! O Programa Paraná Doze Meses que é um bom programa, está pagando taxa de recurso parado, porque o governo não deu contrapartida. Pega poucas propriedades. Tem que ter um programa amplo de reforma e de moradia, de habitação na área rural. Não se pode ter uma casa aqui e outra acolá, e vou ser sincero, com os 80 milhões que foram gastos nos Jogos Mundiais da Natureza, dava para fazer o maior programa de agricultura da história desse Paraná para os pequenos agricultores.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

V. Exa., com brilhantismo, descreve exatamente o que está ocorrendo no Paraná, mas eu lembrava que todos os deputados têm procurado fazer a sua parte nesta Casa, mas principalmente neste último ano, a Assembleia Legislativa deu uma demonstração de unidade e de preocupação com a agricultura.

V. Exa., como representante do setor agrícola no Paraná, sugeriu à Comissão de Orçamento (eu lembro muito bem e eu quero testemunhar) e nós acatamos uma

Emenda de 5 milhões de reais para o programa de calcário, e vemos o governo tentar mostrar uma dificuldade que não existe ou, se não existe, aparentemente está mascarada, porque vemos o governo fazer propaganda dizendo que tem uma poupança de 900 milhões de reais, fruto de benefícios que concedeu a empresas multinacionais que se instalaram no Paraná, quando, se esses benefícios que foram concedidos e no caso específico da Renault, não podemos esquecer que o governo do Estado entrou com 300 milhões de reais e, naquela ocasião, eram 300 milhões de dólares. Então, não são apenas impostos postergados, como o governo quer dizer. Se usasse 10% num programa agrícola, nós geraríamos no mínimo, 200, 300, 400 vezes mais empregos que foram gerados através da Renault e nós estaríamos fazendo o nosso papel, o governo estaria fazendo o seu papel de estimular a vida do homem no campo.

O Sr. Hermas Brandão

V. Exa. me permite um aparte?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Na seqüência.

O Sr. Cezar Silvestri

Quero mostrar a minha indignação, porque enquanto nós vemos esse discurso fácil, da poupança do futuro, pedindo para que as pessoas preencham os formulários, de que forma vamos aplicar os recursos nos próximos anos, nós íamos - o governo do Estado - negar um projeto que foi lançado na minha região, chamada Pró-Leite que necessitaria, na época de 34 milhões de reais e que iria beneficiar 60 municípios da região Centro-Oeste do Paraná.

V. Exa. lembrou muito bem.

Quando o deputado Hermas Brandão era secretário da Agricultura, foi implantado o Programa do Café Densado, o Programa do Algodão, mas muito mais direcionado para a região Norte do Paraná, até por uma questão climática, e nós necessitávamos de um programa para a nossa região Oeste, Centro-Oeste e Centro do Paraná e até hoje o governo não implantou, porque disse que não tinha recursos! Trinta e oito milhões. E gastou 80 milhões nos Jogos Mundiais da Natureza, gastou quinhentos milhões com propaganda institucional do governo, e agora, ultimamente, lança essa grande notícia de que nós teríamos 900 milhões na poupança e que nós vamos ter que escolher o que fazer com esse dinheiro para os...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Cezar Silvestri, agradeço o aparte e quero aproveitar para parabenizar V. Exa., o deputado Orlando Pessuti, todos os membros da CPI do Leite, pelo trabalho extraordinário que fizeram e que continuam fazendo, para que a gente possa, minimamente, buscar alternativa e solução para os problemas dos produtores. E, quero agradecer publicamente a V. Exa., pela acolhida,

pela determinação e por ter - junto com todos os deputados, colocando no Orçamento recursos para aquisição do calcário.

Concedo o aparte ao nosso presidente, meu caro amigo Hermas Brandão.

O Sr. Hermas Brandão

Quero agradecer, deputado Augustinho Zucchi, pela sua sensibilidade de nos conceder um aparte.

E, em relação a calcário e até por sinal quero cumprimentá-lo porque V. Exa. foi o autor da Lei de Calcário para o Estado do Paraná. Infelizmente a lei deixou de ser cumprida nos últimos anos, mas, semana passada - numa reunião com o governador Jaime Lerner, cobrávamos inclusive a participação do Estado no cumprimento da sua lei, que foi aprovada por todos os parlamentares desta Casa.

O governador nos autorizou que falássemos com o secretário Deny Schwartz, com o secretário Ingo Hübert, da Fazenda, e viabilizássemos os recursos necessários para atender os pequenos agricultores em termos de calcário. Até porque, eu não entendia.

Se nós temos recursos do Banco Mundial, mais de cem milhões de dólares ainda não usados daquele empréstimo que foi feito no tempo em que éramos secretário da Agricultura, nós não entendíamos porque com esse dinheiro não se atende o homem do campo. E o governador concordou, imediatamente, que fizéssemos esse trabalho e nos próximos dias será liberado o calcário. por sinal todos os escritórios da Emater estão autorizados já a mandar os projetos de cada município para a liberação de calcário ao pequeno agricultor.

Confesso a V. Exa. aos demais parlamentares que não posso concordar em termos de não atendimento. A minha região, dos municípios meus, estão sendo otimamente atendidos pelo Paraná 12 Meses. Tenho, praticamente, levado recursos semanais a todos os municípios que represento. Acho que falta agilidade nos projetos para que nós possamos liberar o Paraná 12 Meses. Os recursos do Paraná 12 Meses não só buscam melhorar a qualidade de vida do pequeno agricultor, mas também viabilizá-lo economicamente.

Confesso a V. Exa. e aos demais parlamentares que me sinto meio frustrado por ter esse dinheiro, que está disponível no Banco Mundial, já estar na mão dos nossos agricultores do Paraná. Acho que a nossa luta, da Assembleia Legislativa e tão bem representada, aqui pelo Bloco Agropecuário, mas por todos parlamentares, todos têm a mesma visão. Se nós fortalecemos o homem do campo, com certeza estamos fortalecendo todo o segmento da economia paranaense. Se vai bem para o homem do campo, automaticamente vai bem para o comércio, vai bem para a indústria.

Por isso, nós temos que cada vez mais, fortalecer o nosso agricultor.

Mas, também para encerrar e agradecer o aparte que V. Exa. me concede, e registrar mais uma vez os

meus cumprimentos pela sua iniciativa pela Lei do Calcário. Sei o quanto V. Exa. lutou para que essa lei se tornasse realidade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte do deputado Hermas Brandão, e concedo o aparte ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

V. Exa. é um deputado voltado à agricultura, o deputado Hermas; deputado Orlando Pessuti; deputado Cezar; a deputada Luciana. Eu não sou agricultor; sou voltado a área da cidadania, justiça social, mas sou da seguinte opinião. Estava ouvindo atentamente no gabinete o seu pronunciamento e parabeno V. Exa. Tem uma garra muito grande em lutar pela agricultura do Paraná. Oxalá V. Exa., se o senador governador Álvaro Dias for governador V. Exa. seja o secretário da Agricultura deste Estado.

Estou falando com a alma, sou muito franco nas minhas atitudes. Sou um deputado independente, voto com o governo. Agora, o dia que nós deixarmos de aplicar na agricultura, quero saber o que é que as cidades vão comer, porque esta selva de pedra que é a capital do Paraná, que é Londrina, Maringá, Pato Branco, Cascavel, sobrevivem do quê? Sobrevivem da agricultura.

Ainda sou daquela opinião e que, onde entra o pé do boi, sai o pé do homem. Sou mais a favor da agricultura. O dia que acabarmos com a agricultura nesse país, quero saber do que é que vai viver a cidade, do que vai viver esta selva de pedra.

Então, essa é a minha opinião, deputado Augustinho Zucchi. O agricultor não come cultura, não come asfalto, as famílias não comem nada, a família brasileira do meu Estado come arroz, come feijão, come batata, ovos, legumes. Então precisamos, pelo amor de Deus! Até hoje eu vi o pronunciamento do ministro Platini de Moraes, no Bom Dia Brasil - não me convenceu! Nada me convence! Agora, quero deixar aqui, com a alma lavada: temos que aplicar na agricultura do meu Estado, do meu país!

O dia que se acabar com a agricultura nesse país, acaba-se o bairro; acabando o bairro, acaba-se a cidade, acabando a cidade, acaba-se o Estado; acabando-se o Estado, acaba-se o país.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte do deputado Luiz Carlos Alborghetti, e quero fazer um registro.

Todas as vezes que nós, embora V. Exa. não seja ligado diretamente à área da agricultura, todas as vezes que fizemos aqui relatos sobre a questão da agricultura, pedidos sobre a questão da agricultura, enfim, fizemos aqui aquilo que é fundamental para o nosso agricultor, V. Exa. na televisão e já assisti, reproduzia isso para todo o Paraná, dizendo da sua convicção, de que realmente qual-

quer governo, qualquer sociedade deve investir realmente em quem produz e que isso é fundamental, obviamente, para o nosso Estado.

Gostaria de agradecer pelas palavras que V. Exa. nos dirige, mas dizer que agradeço, principalmente, quando falamos da agricultura, sempre esteve pronto, junto, trabalhando conjuntamente e divulgando aquilo que é discutido, para que a população do Paraná pudesse saber o que estava sendo conversado aqui em termos da nossa agricultura.

Gostaria de conceder um aparte ao nobre líder do Governo, deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Nobre deputado Augustinho Zucchi, muito obrigado por me conceder este aparte. Eu tenho uma ligação muito próxima com a agricultura e os agricultores do Estado do Paraná, e tenho acompanhado também o trabalho dos nossos secretários de Agricultura dos últimos anos, especialmente tenho acompanhado e acompanhei o trabalho do secretário, hoje nosso presidente da Assembleia, deputado Hermas Brandão, que fez à frente da Secretaria da Agricultura uma verdadeira revolução no campo, quer seja com amplo programa de readequação de estradas rurais, de conservação das nossas microbacias, quer seja na contratação do Paraná Doze Meses, e como o secretário Hermas Brandão colocou, talvez o governo não tenha tido competência até para tirar proveito político, ou não tenha sido eficiente para se comunicar, mas pessoalmente eu tenho visto, tenho acompanhado e tenho entregado junto com outros companheiros que se fazem presentes no interior do Estado do Paraná, recursos para o Programa de Inseminação Artificial, recursos para reforma das casas daqueles cidadãos que moram no campo, recursos para compra de equipamentos. Tudo a fundo perdido.

Eu já perdi a conta de quantas plantadeiras, de quantos equipamentos agrícolas eu entreguei para associações de produtores rurais neste Estado do Paraná.

E mais, recentemente, como muito bem colocou o secretário Hermas Brandão aqui, num esforço muito grande que ele fez que nós tivemos a oportunidade, ao lado do deputado Ademar Traiano, e juntos liberamos recentemente, recursos financeiros na ordem de R\$10 milhões de reais para que o Estado compre, semana passada essa liberação para que o Estado adquira 500 mil toneladas de calcário.

É pintar, realmente, o campo de branco, aumentando a produção, efetivamente a qualidade do nosso solo, que vem de espírito a uma lei de V. Exa., e aqui não se trata de ser deputado de Oposição ou de Situação.

Efetivamente, muito se tem feito, claro que sempre haverá muito por fazer, porque falta uma política agrícola definida neste país, falta um incentivo maior para os nossos produtores, nossos agricultores, mas, se o estado gastou 150 milhões de dólares no Paraná Doze Meses em parcerias com o homem do campo nos últimos anos, res-

tará para o próximo governo, independentemente de quem seja o próximo governador, 100 milhões de dólares do Paraná Doze Meses para os nossos produtores rurais.

E isso será em benefício, exclusivamente, do nosso produtor rural.

Eu quero agradecer o aparte que me concede, e dizer que está de parabéns pelo assunto tão relevante para o nosso Estado como a agricultura desse Paraná.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, eu caminho para o encerramento, tendo em vista que o nosso presidente da Fetaep, José Lúcio Antonello já está aqui para fazer a sua colocação, mas não sem antes dizer, embora, como eu disse, anteriormente, não posso falar alto, não sem antes dizer do esforço que têm feito os senhores deputados e veja bem, deputado Durval Amaral, eu reconheço o trabalho de todos os secretários da Agricultura, do Paulo Pimentel, que foi secretário e virou governador do Estado do Paraná.

Do Osmar que foi um grande secretário de Agricultura, criou um programa que foi referência para a América Latina, para o Caribe, para a ONU, que foi o Programa de Conservação de Solos.

O secretário Hermas Brandão, o secretário nosso conterrâneo, Antonio Leonel Poloni e do secretário Deny Lineu, um homem honrado.

O Dr. Antonio Leonel Poloni, contribuiu de maneira decisiva na sanidade animal.

Eu estou dizendo da falta da prioridade, porque o orçamento da Secretaria da Agricultura é claro, foi o menor orçamento executado no ano passado na história da Secretaria da Agricultura do Paraná.

O Programa Paraná Doze Meses é um grande programa, é um bom programa. Até quero dizer aqui, sem nenhuma vaidade, ajudei a escrever parte do Programa Paraná Doze Meses na sequência do Paraná Rural, como técnico da área, mas acontece que foi um programa restrito, sem a quantidade de recursos suficientes aportados. Agora mesmo, deputado Durval Amaral, ouço dos técnicos da Emater, dos municípios, de que foi restrita boa parte da aplicação do recurso por falta da contrapartida.

Se realmente foi liberado o recurso, deputado Traiano, aquilo que foi falado aqui pelo presidente Hermas Brandão: “se foi liberado o recurso do calcário, palmas!”

O calcário é fundamental para a nossa agricultura. Eu disse para o governador não sei quantas vezes, e um dia tive a oportunidade de ir daqui a Palmas e explicar para ele qual era o funcionamento técnico do calcário na propriedade, na terra. Então, tomara Deus, e acho que dessa forma os nossos produtores podem se encaminhar nesse final de ano: é aquilo que pode ainda ser feito e tem que ser feito rapidamente.

Do restante, apenas e tão somente, deputado Pesuti, V. Exa. que é o líder do Bloco Agropecuário e temos aqui a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, todos nós deveremos trabalhar para participar de um programa

de governo, independente de quem seja o governo, mas que tenha em termos de agricultura escrito, - talvez por isso o agricultor do Paraná não reconhece o governador!

O agricultor tem ódio de convênio assinado e não cumprido, tem pavor de coisa que é dita e não é feita, como é o fundo de aval, que até hoje era para ter sido feito e não foi, tem desespero, deputado Caíto, de ver o seguinte: “o senhor tem direito a fazer isso no Paraná Doze Meses...” Só que 35% paga e o resto tem que financiar ou tem que pegar, se você não pegar do Pronaf, você tem que financiar no Banco do Brasil, etc.

Então, na verdade, fiz esses dias uma saudação aqui, a uma colocação das Cooperativas da Agricultura do Estado do Paraná de forma geral, e eu disse o seguinte - para encerrar, senhor presidente, que fico meio espiado nesses assuntos: “se querem fazer de Curitiba uma bela cidade, uma cidade extraordinária, cantada em verso e prosa por todos aqueles que por aqui passam; se querem uma Curitiba justa; se querem, realmente, ajudar Curitiba, façam um grande programa de agricultura no nosso Paraná!” A melhor forma de ajudar Curitiba é fazer um grande Programa de Agricultura no Paraná”.

Para encerrar, a minha saudação a todos os deputados que sempre fizeram tudo que foi possível e eu disse, “não concordo com o deputado Ricardo Maia, pois ninguém aqui é culpado por esses problemas da agricultura”, nós, sim, fizemos a nossa parte, nós temos o dever de fazer a nossa parte.

Parabéns a vocês, produtores, que de manhã, de madrugada vão tratar os bichos; que levantam; que voltam; que saem, que rezam para chover; que rezam para dar sol; que rezam para colher e que depois de colher rezam para ter preço; que rezam para pagar a conta; que rezam para isso; que rezam para aquilo e que no final das contas, rezam para uma coisa só: que os seus filhos tenham uma vida melhor do que essa sofrida, dura obstinada vida que têm os agricultores do nosso Paraná!

Parabéns a todos vocês! Felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT, PPB.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Da mesma forma do que disse o deputado Augusto Zucchi, (vou procurar conter a força da voz em razão de estar com uma amigdalite acentuada), não poderia deixar de dar continuidade a essa brilhante colocação feita por esse agrônomo exemplar, conhecedor profundo da questão da pequena propriedade, da pequena agricultura, colaborador, inclusive, de diversos programas de agricultura de governos anteriores, de governos do PMDB, do

qual o Zucchi foi, inclusive, chefe do Núcleo Regional de Pato Branco.

Seguramente, na seqüência, com muito mais propriedade, falará pelas Oposições um outro profissional da área, o deputado Orlando Pessuti, que como veterinário que é, funcionário de carreira da Secretaria da Agricultura, presidente do Bloco Agropecuário desta Casa, terá condições e conhecimento para poder falar em nome das Oposições.

Mas, saúdo a agricultura familiar, a pequena propriedade agrícola do nosso Paraná.

Saúdo porque veio, senhor presidente, senhores parlamentares, aqui para esta Casa, representando uma região que tem talvez, a mais recente e a melhor distribuição fundiária de terras do nosso Paraná, a região Sudoeste que por força da sua recente colonização e por força de um apanhado de pessoas amantes da terra e da agricultura, que entrando no Sudoeste ocasionaram uma revolução agrícola fazendo produzir nesse espaço de terra.

Bem recentemente, no nosso Estado e obrigando o Governo Federal a criar um órgão especial, chamado Jet Shop, um grupo específico para regularidade das terras do Sudoeste do Paraná, e que fez com que os módulos agrícolas fossem pequenos, exatamente, nos moldes da pequena propriedade.

Hoje, contra toda e qualquer propaganda governamental, de industrialização do Paraná, percebe-se nas estatísticas e nos balanços que quem é responsável pelo maior superávit do Estado do Paraná é e continua sendo a agricultura, formada da pequena propriedade da propriedade subsistência. A agricultura sofrida sem amparo, sem prestígio, sem preço, sem segurança e sem financiamento.

Vejam bem, tem uma lei, senhor presidente, senhores parlamentares, que está nesta Casa para ser votada, contra esse maldito pedágio das nossas estradas do Paraná.

Já que não podem eliminá-lo por completo, encarecendo as nossas produções quando saem da lavoura para irem ao Porto de Paranaguá trazer divisas para o nosso Estado, a ponto de 80 mil hectares de terra, ficarem nas praças de pedágio.

Ouviram bem, senhores agricultores?

Oitenta mil hectares de terra plantada ficam nas praças de pedágio! Quem não planta um grão, colhe mais do que aquele que labuta dia e noite em cima da pequena propriedade para poder produzir para o nosso Paraná.

E esse projeto que falo, não está para derrubar o pedágio. Está pedindo para essa Assembléia e ao Governador, que dêem isenção para o transporte de insumos agrícolas.

Vejo aqui falarem em comprar calcário, deputado Pessuti, aqui na mina é mais barato a tonelada de calcário do que o frete e o pedágio pago para chegar até região Oeste e Sudoeste do Paraná para o plantio ou para a região Norte ou Noroeste do nosso Estado.

Paga-se mais de pedágio e frete do que o preço do próprio calcário.

Portanto, se o governo comprar o calcário, vai chegar para o nosso produtor do interior, mais caro do que o preço do calcário na mina, porque ele é encarecido pelo valor do transporte e pelo valor do pedágio.

Quando outros países, deputado Augustinho Zucchi, dão subsídios para a Agricultura, dão financiamento barato, dão apoio, nós aqui encarecemos até os insumos que fazem a terra produzir mais.

Nós, que não temos fronteiras agrícolas para abrir, nós, que temos que aumentar a nossa produção pela produtividade da terra que já está aberta.

Única forma que tem, é doar à terra aquilo que ela precisa para que possa germinar mais e produzir mais por hectare plantado.

No entanto, ao invés de facilitar isso, nós introduzimos o próprio pedágio nas estradas, nós cortamos os financiamentos, os nossos pequenos agricultores não têm conta em banco! Se nós perguntarmos quantos talões de cheque tem aqui em cima, quase nenhum tem, porque nem cadastro em banco o nosso pequeno agricultor pode ter. Ora! Isso é ajudar a agricultura?

O perfil do Paraná é um perfil agrícola! Não se muda por decreto ou por lei o perfil do Estado, Enquanto existirem homens capazes de pegar na enxada e ir para a terra, enquanto existir necessidade do trabalhador no campo, enquanto existirem homens com coragem para resistir, mesmo que produzindo a cada ano menos, nós haveremos de ser um Estado agrícola, sim, senhor, mesmo que para criar um porco custe mais caro hoje, do que o preço que você vende quando gordo! Mesmo que para manter uma vaca na estrebaria tenha que se colocar dinheiro da lavoura em cima, porque o leite não compensa o preço.

Ora, senhores! Prestigiar a agricultura e pequena propriedade. Deputado Pessuti, quando V. Exa. na tribuna, conta para nós aqui nesta Casa quantas marcas de leite paranaense ou brasileiro é distribuído na merenda escolar da maior prefeitura do nosso Estado, que é a Prefeitura de Curitiba! Pergunta se é leite paranaense! Pergunta se é leite brasileiro ou pergunta se é leite importado de agricultura de outros países que estão sendo prestigiados, enquanto o nosso pequeno agricultor aqui não encontra apoio para poder produzir!

Este será o protesto deste dia de visita e que nós saibamos, aqui, defender, acima dos partidos, acima de Governo e de Oposição, defender o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Conforme requerimento aprovado e de conhecimento dos senhores deputados, nós teríamos no Grande Expediente a palavra do presidente da FETAEP, mas devido à audiência que ele se encontrava no Palácio Iguazu com o governador, ele acaba de chegar aqui no Plenário e a quem nós concedemos a palavra, conforme

requerimento, ao nosso ilustre presidente da FETAEP, Antonio Lúcio Zarantonello.

O SR. ANTONIO LUCIO ZARANTONELLO

A V. Exa, presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, vice-presidente e presidente em exercício nesta Sessão, deputado Elio Rusch; deputado Ricardo Maia, que também tem contribuído para que nós pudéssemos, via requerimento, estar aqui neste momento, podendo trazer um pouco de nossas informações e proposições a esta Casa; deputado Pessuti que também tem uma certa relação contínua; e outros aqui presentes.

Nós gostaríamos, antes de propriamente tecermos os pontos da pauta para a Assembléia Legislativa, de tecer alguns comentários e definição do que significa o Grito da Terra Brasil. Essa definição ainda tem no seu bojo algumas obscuridades em termos de conceituação.

O Grito da Terra Brasil está sendo realizado pela oitava vez, e é um espaço conquistado, construído pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, hoje componentes de 26 federações, quase quatro mil candidatos e uma confederação nacional, tendo trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno de 25 milhões.

O Grito da Terra é um nome de batismo que nós demos para as principais reivindicações e proposições da categoria que tem origem nos trabalhadores rurais evidentemente, via sindicatos, nas suas assembléias, nas suas reuniões de base e mesmo na sede do sindicato, onde os trabalhadores trazem seus anseios e reivindicações, fazem suas propostas e isto será reunido, trabalhado e chega até a capital, da capital para nível nacional, e aí então nós temos a pauta do Grito da Terra, seja ela de caráter municipal, estadual ou mesmo federal.

Então, o Grito da Terra está sendo realizado pela oitava vez. Nós estamos com informação de Brasília, já a partir de ontem no Brasil todo reunindo, fazendo nossas audiências e manifestações, passeatas, nós estamos em torno de 100 mil pessoas a nível de Brasil, neste oitavo Grito da Terra.

Nobres deputados, senhor presidente desta Casa, aqui nos estamos e já agradecendo pelo espaço concedido para trazer a nossa busca de apoio e quem sabe de atendimento até, em alguns itens que sucintamente de nossa pauta queremos trazer aqui. Nós precisamos da criação de um fundo de apoio à agricultura familiar, um fundo público de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Este fundo tem como sigla Fundaf.

Aqui nesta Casa de leis já chegou a propostas há uns três anos atrás de como seria, e a sua importância.

Estamos cobrando do governo do Estado. Recentemente saímos de audiência para que, ratificando o nosso pedido, esse Fundaf viesse a ser construído, criado no nosso Estado. Nós estamos com 317 mil pequenas propriedades até 50 hectares. Se considerarmos de quatro a cinco mil, de quatro a cinco pessoas por propriedade, nós estaremos aí com um contingente de um milhão de pes-

soas nessas pequenas propriedades, apesar do êxodo rural ter abatido muito a pequena propriedade.

Recentemente dados da Secretaria da Educação do nosso Estado, confirmam o fechamento de duas mil e quinhentas escolas rurais, de comunidades rurais, vítima de êxodo rural, não tem mais aluno, não precisa escola. Apesar dos esforços que se tem feito em torno da proteção, da manutenção do homem na terra com programas, Pronafes, e outros programas, ainda o êxodo rural não parou e nós sabemos as conseqüências que o êxodo rural traz a toda a sociedade. Nós esperamos a criação desse Fundaf, Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Nós estamos pleiteando também para o Paraná, a exemplo de que outros estados já têm constituído, um salário mínimo de 260 reais. Também nós estamos propondo porque esta Casa de Lei já votou uma proposta nossa oriunda de Gritos da Terra anteriores, que é a lei que envolve a questão da agroindustrialização, a questão de sanidade, se adequando à realidade da pequena propriedade, visando a agroindustrialização da pequena propriedade.

Como nós não tivemos tempo suficiente de avaliar a essência da lei votada por esta Casa e pleiteada por nós agricultores, nós gostaríamos de tirar aqui, uma comissão paritária de parlamentares com a Fetaep e assessores, para que a gente pudesse fazer um comparativo do que esta Casa de Lei votou em cima de nossa proposta, para ver o que foi e o que deixou de ser contemplado, do ponto de vista de nossa visão. De repente, entendemos até que fomos contemplados, e ter aí mais uma conquista.

Portanto, estamos pleiteando ao Fundaf, uma comissão paritária, para avaliarmos a lei, que recentemente foi votada, aqui, acho que de autoria do deputado Zuk, o salário mínimo.

Queremos buscar nesta Casa de Leis duas coisas muito importantes, que esperamos dos nossos parlamentares do Estado: gestão junto aos parlamentares federais, porque trata-se de questões que envolvem Brasília.

Recentemente tivemos a preocupação das vilas rurais serem urbanizadas.

Fizemos o pleito a pedido da categoria, às Câmaras de Vereadores, fazendo nossas observações e preocupações. Mas não só nossas observações e preocupações; fizemos também propostas.

Esta Casa de Lei tomou conhecimento de nossa preocupação e também de nossa proposta.

Gostaríamos que a Assembléia Legislativa de nosso Estado se empenhasse no sentido, que houvesse exceção na lei que trata da fração mínima, para parcelamento da propriedade. Hoje, as vilas rurais na sua dimensão não permitem documentar como área rural. A nossa proposta, na essência, trata-se de uma exceção, no caso de vila rural, quando se trata de iniciativa pública.

Portanto, não vemos muita dificuldade se houver sensibilidade desta Casa, em trabalharmos uma exceção na fração mínima, para parcelamento das propriedades,

quando se tratar de vila rural por iniciativa do poder público.

Temos uma preocupação muito grande com relação aos benefícios da área rural: aposentadoria, pensão, entre outros. A legislação que trata desse assunto é a Lei nº 8.213/91, e a Lei nº 8.212 e as suas normas administrativas que surgiram posteriormente. Recentemente saiu uma Normativa de nº 57, que procurou trazer em si todas as normas, que surgiram depois das referidas leis.

Ao fazer essa unificação de normas, essa Normativa 57 causou retrocesso e feriu, inclusive, o princípio da Lei nº 8.213, ferindo o direito já conquistado.

A Fetaep, o Movimento Sindical dos Trabalhadores já fez suas observações, onde essa Normativa de nº 57, prejudicou e causou retrocesso.

Enviamos à Brasília. O Grito da Terra está negociando com o governo federal o conserto desses absurdos, que essa Normativa 57 trouxe, que na essência é tirar direto. Queremos e estamos deixando aqui, cópia para que a Assembléia Legislativa tenha conhecimento das nossas indignações.

E daquilo que se nós não tivermos, em negociação, sucesso, vamos à porta do Judiciário. Porque com certeza, direitos conquistados com essa normativa estão sendo retirados. É lógico que uma norma não pode ter força da lei.

A outra questão é que, no mesmo sentido dos benefícios, a partir de 2006, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, segundo a 8.212 e a 8.213, já mencionadas terão que contribuir, para ter direito por aposentadoria por idade.

Hoje não existe essa obrigação, e até 2006, não haverá. Portanto, não sabemos, a partir de 2006, qual é o projeto ou qual é a lei que virá dizendo o quanto e de que forma iremos contribuir para a Previdência Social para obtermos benefício na questão da idade, que a mulher é 55 anos e o homem, 60.

Portanto, o movimento sindical de trabalhadores rurais brasileiros, em um projeto de iniciativa popular, juntou mais de 1 milhão de assinaturas, e este projeto, que já tramita no Congresso Nacional, teve como relatora a deputada Erondina, e nós ali no projeto estamos dizendo de que forma queremos contribuir, além de outros detalhes mais que envolvem as formas que devemos chegar à burocratização que existe na busca do benefício rural.

Portanto, gostaríamos que esta Casa de Leis também tivesse conhecimento da essência desse projeto nosso, apoiando para que esse projeto venha a ser aprovado. É lógico que ele não está acabado, vai sofrer emenda, mas que possa ter, na sua essência, os interesses dos trabalhadores rurais, quando virá, a partir de 2006, ter contribuição para efeito de aposentadoria por idade.

Nobres deputados, acho que seria isso, nós agradecemos mais uma vez pelo espaço concedido e também pedimos nossas escusas porque um dia só, com quase 2 mil trabalhadores, agricultores e dirigentes sindicais com

várias audiências, o tempo fica escasso, e às vezes as coisas ficam meio corridas e perdem um pouco a qualidade.

Mas gostaríamos de ressaltar a importância de esta Casa ter nos concedido este espaço para não só deixar aqui a pauta, como já deixamos de antemão, mas dizer o que esta Casa pode fazer em termos de solidariedade a nível de Brasília, e quem sabe também construir, como já tem construído aqui, leis voltadas para o perfil dessa agricultura familiar que com o êxodo rural vem causando consequências a toda sociedade e não só a eles, que são as primeiras vítimas.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TUILIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu lamento profundamente e faço aqui um protesto e assumo pessoalmente este protesto.

Está aqui a Casa lotada por trabalhadores, nossos homens da agricultura das mãos inchadas, e nós vemos o Zaranonello vindo aqui e dando um relato do que acontece hoje na nossa agricultura para uma Casa praticamente vazia, de 54 parlamentares. Lamentavelmente, alguns até que usaram aqui da palavra e se retiraram, fizeram uma média com o povo, foram embora; não ficaram aqui para ouvir a sua palavra.

Isso, no meu entendimento como homem público, com a responsabilidade que tenho perante os meus eleitores, é uma falta de consideração.

Eu protesto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós queremos, em nome dos 54 senhores deputados da Assembléia Legislativa, agradecer a presença do presidente da Fetaep, Antonio Lucio Zaranonello, pela sua presença, pela explanação, e a presença dos nossos agricultores do Estado do Paraná, componentes das mais diversas cidades e municípios do interior do nosso Estado, e na certeza, presidente, esta Casa nunca faltou com o apoio necessário para que dentro das suas condições do Estado do Paraná, nós pudéssemos atingir aquilo que é o desejo de todos nós. Não queremos fazer e não temos procuração nenhuma de justificar a ausência dos parlamentares que não estão presentes, mas, diante do adiantado da hora, e eu tenho certeza que grande maioria dos parlamentares que não estão presentes na Sessão, não estão porque não sabiam da presença dos nossos agricultores, que estariam na Sessão de hoje.

Por isso pedimos a compreensão dos nossos agricultores à ausência dos deputados.

Mas o seu pronunciamento, a sua fala, está registrada nos Anais da Casa. Isso vai em Avulsos, vai ao Diário Oficial da Casa, e cada parlamentar vai receber e dar atenção ao que se falou na Sessão de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Conforme nós havíamos ajustado, eu farei uso da palavra no Horário das Oposições, contando com a pre-

sença do presidente Zarantonello e dos agricultores e agricultoras aqui presentes.

Peço o Horário das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Antes porém, temos o Horário das Lideranças. Convidamos o PFL, o PTB, o PPS e logo após, a Liderança da Oposição.

Concedo a palavra à Liderança do PPS.

Com a palavra, o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Quero fazer uma saudação a todos os agricultores presentes, ao presidente da Fetaep.

Aproveito esta oportunidade para fazer um relato do nosso trabalho na CPI dos Alimentos. Sou relator dessa CPI, que é presidida pelo deputado Orlando Pestuti, e sei da importância que tem o leite na vida e no dia a dia de cada um de vocês, principalmente do pequeno produtor rural.

Hoje essa atividade é exercida em mais de 90% pelo pequeno produtor rural e pela agricultura familiar. Por essa razão fiz questão de fazer uso da palavra, apesar do adiantamento do horário.

Nós fizemos audiências públicas em todas as regiões do Estado do Paraná, onde pudemos coletar as reivindicações de nossos agricultores e demos oportunidade para que a pequena indústria, as indústrias de laticínios, as cooperativas, as redes dos supermercados regionais e também convidamos as grandes redes de supermercados para que participassem dessas audiências públicas e que realmente pudessem nos levar quais eram as reivindicações de toda a cadeia produtiva do leite, dando oportunidade a todos para que se pronunciassem, para que pudessemos fazer um relatório que fosse o espelho da situação que vive o pequeno produtor rural e toda a cadeia produtiva do leite.

Pudemos constatar, ao longo desse trabalho, algumas reivindicações que são comuns e de todas as regiões, não somente do Paraná, até porque, nós estamos trabalhando com mais de seis Estados da Federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais e praticamente todos reivindicam o preço mínimo para o leite.

Tivemos uma audiência com o ministro da agricultura, onde diversos deputados da Comissão estiveram junto conosco, onde levamos essa reivindicação, da implantação do preço mínimo para o leite, para que o produtor possa se programar e possa saber se ele deve continuar produzindo, se deve aumentar a sua produção ou se deve reduzir, para que não ocorra o que vem ocorrendo hoje, onde o produtor do leite entrega a sua produção e, 45 dias depois, quando recebe o produto é que saberá quanto estará recebendo pelo seu produto. Talvez seja a única atividade onde o produtor entrega o produto e não sabe quanto recebe pela sua produção.

A questão da importação do leite, as importações que estão sendo feitas em épocas totalmente extemporâneas, em plena safra, a questão da implantação do leite na merenda escolar em todos os programas sociais, não somente do governo federal, do governo estadual mas também dos municípios e pedimos a colaboração da Associação dos Municípios, a questão de nós nos adaptarmos e procurarmos nos adequar à Portaria 56, para que possamos pensar futuramente em exportação do leite no país, e aí eu quero, sim, fazer uma crítica, não somente ao governo federal mas também ao governo estadual porque quando nós vemos o governo falar que está fazendo uma poupança futura de 900 milhões de reais graças a incentivos fiscais que deu para multinacionais. Para uma única empresa que se instalou aqui em São José dos Pinhais, o governo emprestou 300 milhões de reais. Na época, 300 milhões de dólares, mais do que todo montante aplicado no Paraná 12 Meses que foi 180 milhões de dólares! Nos causa revolta ver esses mesmas pessoas dizendo que a agricultura para o governo do Estado do Paraná é prioridade. Se fosse prioridade esse dinheiro estaria sendo investido não para atender uma única empresa. E como disse aqui o representante da FETAEP, a agricultura familiar representa, no Paraná, um milhão de pessoas e não apenas 300, 400 empregos que foram gerados aqui em São José dos Pinhais.

Se fosse prioridade, também, a agricultura, o governo do Estado não teria gasto 80 milhões nos Jogos Mundiais da Natureza. Quando um programa, um programa relacionado ao leite que atenderia 50 municípios da Região que eu represento: Guarapuava e Centro-Oeste do Paraná, que atenderia na sua totalidade, micro e pequenos produtores rurais, custava 30 milhões de reais, era um programa chamado Pró-Leite que daria condição, inclusive de os pequenos produtores se adaptarem a essa Portaria 56, que nós da CPI estamos lutando e já conseguimos a prorrogação da sua implantação, para que ela não seja exclusiva, porque, da forma como está sendo implantada, sem apoio do governo do Estado, sem apoio do governo federal, o pequeno produtor rural não vai poder se adequar a essa portaria e estará fora do processo produtivo.

Sei que meu tempo já se esgotou, mas é importante registrar que nós constatamos que as grandes redes de supermercados instaladas no país, não somente no Paraná, vêm exigindo do setor industrial e das cooperativas, descontos e bonificações que chegam a mais de 20%, fazendo com que indústria, no momento que dá desconto e bonificações para grandes redes de supermercados, acabe pressionando exatamente quem não pode ser pressionado, que é o elo mais fraco da produção, o pequeno produtor rural, fazendo com que o preço pago ao pequeno produtor rural pelo leite, até dias atrás, girasse em torno de 20 centavos no Paraná.

Houve um aumento sim. Se é coincidência ou não pelo fato de nós implantarmos a CPI no Paraná, não sei. Provavelmente porque entramos na entre safra.

Mas quero aqui assumir o compromisso como relator da CPI.

Tenho certeza absoluta que, em nome, dos 11 deputados que fazem parte desta CPI e em nome dos 54 deputados que representam o povo do Paraná, de que vamos combater todos os abusos, independente de quão poderoso for o setor que nós enfrentamos.

Estamos enfrentando as grandes redes de supermercados, vamos tentar comprovar que esses descontos e bonificações são ilegais. e se não constatarmos isso, se nós conseguirmos provar isso, apresentaremos leis aqui no Estado do Paraná proibindo esses abusos, para que o pequeno produtor rural possa receber um preço justo pelo seu produto.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Queria registrar a presença hoje dos nossos amigos, nossos companheiros do Sindicato de Campo Mourão, o Américo e o Macedo, de Iretama, da nossa região.

E hoje vi uma coisa e é por isso que temos que defender o trabalhador. Na verdade, o capital e o trabalho têm que andar juntos. O capital não vive sem o trabalho e o trabalho não vive sem o capital. Hoje vi humildade, hoje vi respeito. Não basta muitas vezes ter títulos escolares, pós-graduação, universidade. Muitas vezes o trabalhador da mão calejada vem aqui para ouvir, atentamente, com muito respeito a esta Casa.

Por isso, parabenizo a todos os trabalhadores que sonham por um trabalho, que sonham por um Brasil melhor. As congratulações e o abraço deste parlamentar a vocês que vieram do Interior para levar o apoio desta Casa de Leis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, prezado amigo Zarantonello, presidente da FETAEP.

Quero primeiro dizer da satisfação pessoal que tenho de falar aos deputados, às deputadas, às assessorias aqui presentes, os funcionários da Assembléia, a satisfação que tenho de falar aos agricultores e agricultoras que aqui estão.

Digo isso, porque aqueles que me conhecem, e no meio dessa platéia tem muitas pessoas que conhecem o deputado Pessuti pessoalmente. Deve estar o Jair, de Ivai-porã; José Romeu, de Manoel Ribas; José Pereira, de Jardim Alegre; Tiãozinho, de Borrazópolis; Claudio de Cruz Maltinho; Dechan (?) de Faxinal; possivelmente o benedito, de Ortigueira, enfim, pessoas com quem a gente conversa mais no dia-a-dia as questões da agricultura no Estado do Paraná, sabem que sou filho de um produtor rural, que até os meus dezessete anos trabalhei na roça

com meus pais e que, depois de sair da roça, tive a oportunidade de passar um período como funcionário da Prefeitura de Jardim Alegre, trabalhando no protocolo. Depois fui ser o primeiro funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre, na época presidida pelo senhor Martinho Augusto Medeiros, depois pelo meu saudoso pai Natal Pessuti, depois pelo Mário - hoje diretor da FETAEP, e agora pelo senhor José Pereira.

Então, lá no tempo do Martinho, em 1979, quando eu estava com meus dezessete anos, tive a oportunidade de ser o primeiro funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre e por isso tenho um carinho especial por aquilo que a FETAEP faz, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais faz, e por aquilo que vocês agricultores e agricultoras fazem no dia-a-dia, porque aquilo que vocês fazem hoje, é aquilo que meu pai, minha mãe, minhas irmãs, meu irmão e eu fazíamos, quando ainda morava no sítio e trabalhava como vocês na agricultura familiar.

Quero dizer que tenho uma alegria muito grande de estar nesta Assembléia já há dezenove anos e alguns meses e ao lado de parlamentares como os que aqui estão. O Augustinho Zucchi, que já falou a vocês; Renato Gaúcho, Edson o nosso pastor; Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Ademir Bier; Algaci Tulio; Basílio Zanusso; Hermas Brandão, Ademar Traiano; Ribas Carli; Durval Amaral; Antonio Belinati; aqui, o Luiz Carlos Zuk, o Anibelli, o Nelson Tureck, nosso presidente, Elio Rusch, de poder aqui nesta Sessão, da mesma forma que já cumprimentei a deputada Serafina em tantas outras oportunidades, dirigir o cumprimento especial para a deputada Luciana Rafagnin, porque a deputada Luciana está nesta Casa, não só na condição de uma deputada. Ela está nesta Casa ainda na condição de trabalhadora rural, que nós sabemos que é a sua origem, que é o seu dia-a-dia, que é nessa condição que ela chegou à vereança, e nesta condição que chegou a deputada. E aqui ela tem feito esse trabalho de representar a todos, discutindo no dia-a-dia como fazemos nós.

Não tem uma semana que nós, ou estamos nessa tribuna ou estamos na reunião da CPI do Leite, dos Alimentos, nas Comissões, discutindo assuntos da agricultura. Ou estamos numa Secretaria ou estamos em Brasília, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Manaus, como estivemos recentemente.

Então, é importante que vocês saibam que, embora não se conquiste aquilo que vocês gostariam, que nós pessoalmente gostaríamos que fosse conquistado, que nesta Assembléia, nós temos, se não todos, uma parcela importante de parlamentares que todos os dias, todas as semanas, pensa, age em busca de soluções, para os problemas que vocês reivindicam. Vi por exemplo, o Zarantonello falando do FUNDEF.

Nós já estamos há quase oito anos aqui nesta Casa. Chamo aqui nesse momento a luta do deputado Irineu Colombo, inclusive, um dos autores do projeto que institui o Fundo de Aval, Fundo de Desenvolvimento da Agri-

cultura Familiar. Que dizer, uma luta que nós estamos a tantos anos, infelizmente, um Governo que já assumiu em 2, 3 momentos o movimento do Grito da Terra Brasil Paraná, o compromisso de mandar a mensagem, se incluir nesse fundo de aval, quer dizer, prometeu, prometeu, mas não resolveu.

A luta pelo salário mínimo, a questão da agroindústria, projeto do deputado Augustinho Zucchi, deputado Irineu Colombo, também do deputado Carlos Simões, que equaciona a questão dessa agroindústria artesanal, familiar, que nós precisamos que ele seja organizada para que o produto possa ter não só aceitação que tem, mas a permissão para ser comercializado, dentro do ponto de vista da sanidade, da higiene.

Então, essas reivindicações todas, a gente só tem que aplaudir, porque foram elas já objeto de reivindicações em outros momentos em que nós, Assembléia Legislativa estivemos, não só na condição de deputado, médico veterinário, extensionista rural da Emater, mas como presidente do Bloco Agropecuário, somando esforços contigo, com toda a diretoria da Fetaep, presidentes de Sindicatos e somando força com os nossos deputados.

Agora, é evidente que a gente tem que lamentar algumas coisas que não acontecem e que poderiam acontecer se o governo do Estado, o governo federal e até mesmo se os governos municipais tivessem, realmente, um pouco mais de atenção para a agricultura.

É lógico que alguma coisa, deputado Durval Amaral, o governo do Estado está fazendo, nós sabemos que está.

O Programa Paraná Doze Meses é um bom programa, mas é um programa limitado.

Atendeu, ou atenderá quantas famílias por município?

É um programa direcionado especificamente à melhoria da qualidade de vida, da habitação, do saneamento, do produtor, mas não é um programa que dá ao produtor uma condição de agir e atuar melhor na produção especificamente.

Ele é limitado.

Nós tivemos outros programas que o governo desenvolveu e desenvolveu, que sem sombra de dúvida são importantes, mas nós temos que ver os programas que estão paralisados.

A eletrificação rural que foi marco do governo Richa, do governo Álvaro, do governo Requião, no governo do Lerner ficou um pouco para trás.

O Programa de Adequação de Estradas até o momento que o deputado Hermas lá estava, foi um programa que foi adiante, já vinha sendo desenvolvido na Secretaria, pelo Osmar Dias, mas de repente, não recebe os recursos que precisava para que as estradas rurais pudessem continuar sendo adequadas.

Os Programas de Microbacias e conservação do solo não acontecem hoje, na mesma velocidade, na mesma quantidade e na mesma importância que se dava em outras ocasiões.

Cuidou-se da febre aftosa? Sim, cuidou-se.

O deputado Hermas Brandão foi determinado neste assunto e conseguiu equacionar, e nós conseguimos com o apoio de todos, a liberação do Paraná, mas quando fala que o Paraná vai se cobrir de branco com as 500 mil toneladas, eu faço uma conta simples e ligeira.

Se nós utilizarmos 10 toneladas de calcário por alqueire, que, normalmente se usa mais do que isso para corrigir o solo, mas vamos dizer que utiliza 10 para pegar um número mais ou menos redondo, nós estaríamos cobrindo de calcário apenas 50 mil alqueires.

Lá no Jardim Alegre, existe uma propriedade que está ocupada pelo MST, que tem 7 mil alqueires. Quer dizer, é um pouco mais que o município de Jardim Alegre, um pouco mais que o município de Ivaiporã.

50 mil alqueires é o que dará para atender essas 500 mil toneladas.

Se colocarmos 5 toneladas por alqueire, então, dá para fazer 100 mil alqueires, mas se nós tivermos que colocar mais, serão menos alqueires, então não vai dar para cobrir o Paraná.

E as pessoas têm que fazer essas contas.

Vejam, por exemplo, hoje ainda nós tivemos o secretário do Desenvolvimento Urbano, que veio aqui justificar a necessidade de um empréstimo de 100 milhões, no seu relato ele nos anunciou que daqueles 100 milhões de dólares, 22 milhões serão utilização na recuperação de cinemas, teatros e imóveis tombados pela patrimônio público. É importante, mas minha gente, vinte e dois milhões de dólares daria para alavancar, pelo menos, sessenta milhões do Paraná Doze Meses que estão represados, que estão travados por falta de contrapartida do Governo!

Então, se ao invés de investir na recuperação desses cinemas e teatros, nós pegássemos esses vinte milhões e colocássemos como contrapartida do Paraná Doze Meses, alavancaríamos mais sessenta milhões e teríamos oitenta milhões de dólares vezes 2,5, mais de duzentos milhões para serem utilizados na agricultura. Aí, sim, seria uma ação efetiva e concreta do governo!

Aquilo que disse o deputado Augustinho Zucchi, o Caíto Quintana, todos que me antecederam, deputado Silvestri, quer dizer, já fizeram um relato detalhado, mas, é importante que verifiquemos essas coisas, pois tudo aquilo que se fez até hoje ou está fazendo é muito pouco! A Fábrica do Agricultor é um Programa maravilhoso, mas é muito singelo em cima das necessidades que temos!

Vejam vocês, o deputado Neivo Beraldin até me alertava nesta questão ainda há pouco: está tramitando hoje e vai ser votado um projeto de lei onde o governo do Estado pede autorização para renegociar a dívida que tem Alagoas para com o Paraná. Aquela história dos títulos podres: o Estado comprou cerca de quatrocentos milhões de títulos podres; a dívida hoje é de mais de seiscentos milhões; está lá no Banco Itaú; nós vamos ter que renegociar isso; mas, Alagoas está negociando como governo

federal e tem uma possibilidade de o Paraná receber uma parte; o desconto que o governador está pedindo que concordemos que seja dado, é de cento e cinco milhões de reais!

Deputado Silvestri, se pegarmos resfriadores na faixa de cinco mil reais, por aí, resfriadores de leite, daria para comprarmos vinte mil resfriadores, com certeza! Daria para atender quase que todas as propriedades rurais do Paraná com resfriadores de leite só com o desconto, o abatimento da dívida que o o Governo do Paraná está se dispondo a dar para Alagoas!

Então, são essas coisas que temos que analisar.

Outra coisa: Esta Assembléia tem feito muita coisa, sim, para tentar resolver o problema da agricultura e quero aqui, presidente Hermas Brandão, de público, lhe agradecer, porque naquela oportunidade de V. Exa. foi um dos que mais lutou, inicialmente; depois, todos lutaram. A primeira pessoa que puxou esse assunto foi o deputado José Maria Ferreira, depois nos somamos a ele e depois V. Exa. liderou, juntamente conosco e com os outros deputados, o movimento para que a Assembléia não aprovasse a cobrança da água do agricultor, porque o governo do Estado dentro da lei de gerenciamento de recursos hídricos, tinha lá a proposta, como têm outros Estados, de cobrar a água do produtor rural! Ah! Mas é um valor insignificante! Tudo bem, é insignificante hoje, mas amanhã pode não ser mais insignificante!

O Paraná, naquela oportunidade, todos nós aqui, num primeiro momento, alguns parlamentares, depois todos se conscientizaram e V. Exa., presidente Hermas Brandão, foi um dos que mais ajudou e a Assembléia impediu que aquilo acontecesse.

Então minha gente, lei agrícola estadual já votamos por aqui, na Constituição do Estado também está inserido no capítulo da agricultura! Agora, é importante que todos nós possamos nos unir, é importante que vocês saibam que estamos atentos. A CPI dos Alimentos, como disse o deputado Silvestri, está olhando o problema do leite, estamos buscando soluções. Nós já identificamos, por exemplo, uma coisa que entendemos absurda e vamos sugerir no nosso relatório que isso não possa mais acontecer, não tem sentido: é que prefeituras brasileiras, grandes e médias, inclusive a nossa Capital do Paraná, esteja comprando leite em pó importado da IlloLay, da Sancor e de uma importadora de Minas Gerais, para distribuir nos programas de merenda escolar e nos programas sociais do governo gerenciados através das Centrais de Abastecimento, a Ceasa.

São coisas como essas que estamos procurando, no dia-a-dia, identificar como problemas, e vamos buscar solução.

Agradeço a todos vocês, a tolerância do presidente em exercício, Elio Rusch e digo mais uma vez que a Assembléia Legislativa, tem sido parceira em muitas questões.

O Governo do Estado, ainda não é o parceiro que nós precisamos que ele fosse, para solucionar esses problemas da agricultura.

E eu, mais do que ninguém, sei da importância que tem a família na propriedade rural.

Se hoje, temos a criminalidade nas grandes cidades, é porque deixamos de ser um Estado rural: passamos a ser um Estado urbano, perdemos as nossas referências. marginalizou-se a população de um certo modo que hoje todos nós, rurais e urbanos, estamos à mercê muitas vezes de situações que não precisaríamos estar enfrentando.

Por isso é que defendo realmente a agricultura familiar e por isso é que nesta Casa, no Bloco Agropecuário, presidindo esse bloco desde 1986, nós temos sido permanentemente, todas as semanas, num porta-voz da agricultura, da pecuária nesta Casa, porque sabemos a importância que vocês têm não só na geração de emprego; não só na formação de nosso produto interno bruto, mas acima de tudo, na produção da vida, porque é graças ao homem e à mulher que trabalha no campo, é que todos nós podemos continuar sobrevivendo ou vivendo aqui, se não fossem os alimentos todos nós estaríamos mortos.

Parabéns a vocês e contem sempre conosco!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança do Governo.

O deputado Orlando Pessuti usou 17 minutos, nós também concedemos o mesmo tempo ao deputado Durval Amaral, se assim o desejar.

Antes, porém, queremos registrar com muita alegria a presença do ex-deputado, ex-ministro, ex-chefe da Casa Civil, doutor Alcení Guerra.

Muito obrigado pela presença.

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. presidente, senhoras e senhores deputados, companheiro, presidente da Fetaep, Antonio Lúcio Zarontonello. Meus companheiros deputados, ilustre visitante, doutor Alcení Guerra.

Quero, neste momento, em nome dos deputados que são sustentação política ao Governo, nesta Casa de Leis, cumprimentar V. Exa. cumprimentar a todos os agricultores, a todos os produtores rurais, toda nossa gente da Fetaep, que vem visitar a Assembléia Legislativa nesta tarde.

Dizer que é inquestionável para nós, parlamentares, a força da Fetaep, a força da união, da reivindicação, da luta que realmente, tem transformado a agricultura deste Estado e tem feito, através do Grito da Terra, uma grande manifestação nacional e sendo ouvida em todos os lados deste País.

Tenho para mim, senhor presidente, que o Paraná, tem feito uma verdadeira revolução no campo, abrindo mão de receitas, abrindo mão de recursos, para beneficiar os nossos produtores rurais.

Um exemplo disso foi a lei Brandão, do nosso ilustre presidente Hermas Brandão, de incentivo à agroindústria do Estado aos agricultores do Paraná, de incentivo à avicultura, onde o Estado abriu mão de receita de 17% do setor avícola, baixando a alíquota para 7% um prejuízo aparentemente estimado naquele momento, da ordem de mais de sessenta milhões de reais, mas com benefícios concretos para a nossa avicultura, para nossos produtores rurais.

Ou seja: a produção avícola do nosso Estado cresceu no ano passado 11% a previsão para esse ano é de 22% com ganho de renda para os nossos produtores rurais.

Falar do “Paraná Doze Meses”, falar de readequação de estrada rural. Não sei se para uns é muito, para outros é pouco, mas para mim é significativo falarmos em mais de 1000 quilômetros de estradas readequadas através do “Paraná Doze Meses”.

Para mim, é significativo saber que 18.000 moradores no campo tiveram as suas casas reformadas.

Para mim, é significativo saber que mais de 15.000 famílias estão morando em vilas rurais.

Para mim, é significativo saber que mais de sessenta mil famílias foram atendidas através do Paraná 12 Meses.

Para todos nós, é significativo saber que o Estado do Paraná está investindo dez milhões de reais de recursos próprios, recursos do Tesouro, para o calcariamento de solos. É significativo saber que o programa de microbacias está aí colocado; que o governo tem feito investimentos e nessa parceria da sociedade civil organizada, dos nossos Sindicatos Rurais do Paraná, dos nossos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, através da Fetaep, através da Faep, enfim, das entidades de classe, nós estamos conseguindo dar a nossa contribuição.

Para mim, é significativo saber, deputado Elio Rusch, que mais de 90% das propriedades rurais do Estado do Paraná, principalmente as pequenas propriedades rurais, estão ligadas à energia elétrica. Eu acho que isso é fruto do esforço conjunto de toda a sociedade, das entidades organizadas, dos nossos produtores rurais, do parlamento, porque somos nós que aprovamos as leis que aqui vigoram, dando incentivos e dando benefícios para toda a sociedade paranaense.

É significativo saber que a nossa produção agrícola cresceu, de 1994 até 2001, em mais de 50%. Que as novas fronteiras agrícolas no Noroeste do Estado, através de lei desta Casa, do deputado Braz Palma apoiado por todos nós, fez com que novas fronteiras de agricultura fossem abertas no Noroeste.

Então, senhor presidente, meus colegas deputados estaduais, meu colega Zarantonello, acho que esta parceria, todos envolvidos com o mesmo intuito, imbuídos com o mesmo espírito de fortalecer a agricultura, de fortalecer o homem do campo, tem trazido resultados. Claro, não aqueles todos que nós desejávamos que viessem a curtíssimo prazo, mas isso está acontecendo, e queremos, cada

vez mais, seja qual for o governante, cada vez mais a agricultura no nosso Estado seja priorizada.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1395 de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia. **Prejudicado.**

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, para justificar a solicitação e para encaminhar o pedido de inversão de pauta.

O SR. ALGACI TULIO

Solicito chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Logo após a justificativa do deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, nós queremos justificar a inversão de pauta, tendo em vista que existe um projeto de suma importância, parece-me uma Mensagem do Executivo vindo a esta Casa, pedindo autorização deste Plenário para renegociação dos títulos de Alagoas. Embora não tenhamos, até como Oposição, nada a falar a respeito dos títulos podres, parece-me, por tudo o que lemos na Imprensa, que é de suma importância para o Estado do Paraná e para a liberação das ações caucionadas junto ao Banco Itaú e que são, hoje, responsáveis por este empréstimo feito, pela compra dessas ações feitas pelo Estado do Paraná.

Então, parecia-me que era um assunto bastante polêmico, bastante importante e que merecia uma maior discussão, motivo do pedido de inversão de pauta, uma vez a Oposição está aqui, até poderá votar o projeto. Muitos dos senhores deputados já disseram que votariam. Agora, nós gostaríamos de saber qual a razão desse pedido de verificação de quórum, de verificação de votação, porque me parece que a bancada do governo não pretende votar este projeto e se é esta a intenção, gostaria de saber do líder do governo porque não desejam esta votação uma vez que pelas informações constantes da imprensa, tem seu prazo até quarta-feira, dia 30 para que efetivamente esta transação possa ser realizada, se não o Estado do Paraná perde.

Eu fico bastante espantado em ver que não há interesse na discussão desse projeto e gostaria de saber a razão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário para que proceda a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)
(**Procede à chamada dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Dezesseis deputados presentes.

Não há quórum nem para continuidade da Sessão. Prejudicado o requerimento.

Queremos lembrar aos senhores deputados que a Sessão de amanhã será no Plenarinho e com base no requerimento aprovado já pelo Plenário, em audiência pública, em relação ao Projeto 694, às 9 horas da manhã.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para registrar que dos 16 presentes, 12 são da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados responderam presença. Só pode estar presente quem responder.

(**Discussões paralelas**)

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Gostaria de indagar à Mesa porque exatamente ontem nós aprovamos um requerimento pedindo 24 horas para que a Secretaria de Segurança Pública entregasse a esta Casa o relatório sobre as investigações da morte do deputado Tiago Amorin.

Eu indago à Mesa se a Mesa recebeu? Já se passaram 24 horas, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. fale, depois, com o deputado Hermas Brandão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às nove horas, uma audiência pública sobre “Controle da Qualidade da Água”, projeto de autoria do deputado Hermes Fonseca.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 449, 674 e 675/2001; 149, 159, 239 e 324/2002; e do Projeto de Resolução nº 011/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371/1999; 129/2000; 020 e 568/2001; 006, 081, 167, 177, 216, 226, 243, 245, 249 e 251/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222 e 236/2002.

Levanta-se a Sessão.